



Revista

DESPIERTA

Sociedade, Cultura e Contestação Social

Ano 9, número 11, jan-jun. 2022

Nº 11

ISSN 2359 -5868



SUMÁRIO

ARTIGOS

PAUL MATTICK E A CRÍTICA RADICAL DO BOLCHEVISMO 03

Felipe Andrade

Gabriel Teles

A AUTOGESTÃO E A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS 28

Edmilson Marques

O PINTOR PERUANO JOSÉ SABOGAL E A ARTE MURAL NO PERU, GARCILASO DE LA VEGA E A REVISTA AMAUTA, DIRIGIDA POR MARIÁTEGUI 37

Daniela Gomes Rezende

RESENHA

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AUTOGESTIONADAS E AUTÔNOMAS NO CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES 01

Marco Aurelio Barbosa

PAUL MATTICK E A CRÍTICA RADICAL DO BOLCHEVISMO

Felipe Andrade*

Gabriel Teles**

O fim do capitalismo exige, por conseguinte, antes de tudo, o fim da ideologia bolchevique e a ascensão de um movimento revolucionário antibolchevique.

Paul Mattick, *Introdução ao Comunismo Antibolchevique*.

A questão não é stalinismo ou leninismo, mas bolchevismo ou comunismo.

U.W.P., *Bolchevismo ou Comunismo*.

Introdução

No calor do processo revolucionário russo, entre o início e final do ano de 1917, poucos indivíduos e tendências políticas conseguiram desenvolver uma percepção radical do que estava ocorrendo e, posteriormente, o que ocorreria no fatídico outubro de 1917 e anos subsequentes. Houve as honrosas críticas de Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek, Herman Gorter, Makhaïsky¹ e outros ao “dirigismo”, “ultracentralismo”, “burocratismo”, entre outros elementos negativos que recaíram sobre o Partido Bolchevique, a principal organização política existente na Rússia no final de 1917. Pouco tempo depois, começaram a surgir críticas e uma percepção mais radical do caráter ditatorial, capitalista e, por fim, contrarrevolucionário do bolchevismo que, sob o lema de “socialismo”, havia imposto ao proletariado uma nova forma de exploração: o capitalismo de estado.

Assim, dentre os indivíduos que iniciaram a crítica radical ao bolchevismo, destacam-se os representantes do comunismo de conselhos, tais como Anton Pannekoek, Otto Rühle, Jan Appel, etc. É no conjunto destes pensadores que buscaremos discutir o marxista Paul Mattick, cuja militância esteve ligada à tendência comunista de conselhos².

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da UFPR, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da UFG e graduado em Ciências Sociais/UFG. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social/NECCSO-UFPR.

** Doutorando em Sociologia pelo PPGS/USP, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFG, graduado em Ciências Sociais/UFG. Pesquisador pelo Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS) e Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais (NEMOS).

¹ Para conferir as críticas desses autores, confira: “Carta aberta ao Companheiro Lênin” (GORTER, 1981), “O Socialismo de Estado” (MAKHAISKY, 1981), “Questões de Organização da Social-Democracia Russa” (LUXEMBURGO, 1991) e “Revolução Mundial e Tática Comunista” (PANNEKOEK, 2021a).

² Mattick vinculou-se ao comunismo de conselhos em dois aspectos que não podem ser separados. Faremos a separação somente para fins didáticos. Em primeiro lugar, o vínculo de Mattick se deu no plano prático, por meio das iniciativas que ele participou pessoalmente, como a organização da juventude da Liga Spartacus, KAPD, UWP, etc., e no contato com as organizações conselhistas em outros países, a exemplo do GIC na Holanda. Em segundo lugar, o vínculo ocorreu no plano teórico-político através da rememoração das contribuições dos principais representantes do comunismo de conselhos, como visto na publicação de artigos dedicados a Otto Rühle, Karl Korsch e Anton Pannekoek, resenhas de livros publicados pelos conselhistas (um exemplo foi sua resenha da obra *Karl Marx* de Karl Korsch), entre diversos outros escritos e entrevistas.

Mattick foi um militante revolucionário que manteve uma coerência revolucionária ímpar e que desenvolveu diversas reflexões teóricas ao longo de sua vida, sempre mantendo como central a unidade entre “pensamento e ação” (VALADAS, 2010), ou, em outras palavras, o vínculo entre a militância e a teoria como expressão política do proletariado revolucionário. Deste modo, buscaremos desenvolver os elementos centrais que revelam uma preocupação elementar que percorreu toda a militância de Mattick, ou seja, a necessidade de combater implacavelmente o bolchevismo³, refutando teoricamente esta concepção ideológica⁴ e mostrando seu interesse antagônico em relação à luta do movimento operário, a partir de suas ações e medidas nocivas ao proletariado.

A presente discussão justifica-se pela quase completa ausência de análises em português sobre Paul Mattick, de modo que este autor, em que pese suas imensas contribuições, permanece ainda hoje marginalizado nos meios políticos. É necessário preencher essa lacuna e a nossa contribuição é uma tentativa nesse sentido. Isto não significa que pretendemos esgotar o pensamento de Mattick. A nossa intenção é explorar um elemento central de seu pensamento, a crítica ao bolchevismo, aspecto que é o principal tema discutido neste ensaio e foco de nossa análise. Em seguida, faremos uma análise das contribuições desse autor para que assim possamos atualizar nosso entendimento sobre o significado do bolchevismo na atualidade.

A Crítica Radical ao Bolchevismo

Paul Mattick (1904-1981) cresceu no meio de uma família operária com forte vínculo político, tal como o seu pai, que foi filiado ao USPD (Partido Social-Democrata Independente da Alemanha) no período pós-Primeira Guerra Mundial. A trajetória política de Mattick começou desde cedo, ao juntar-se aos 14 anos de idade à organização de juventude da Liga Espartaquista e participar do processo revolucionário alemão (1918-1923), estabelecendo contato íntimo com as tendências radicais existentes naquele contexto histórico (como o KAPD⁵, movimento artístico dadaísta, etc.). Esse período

³ É importante ressaltar que a crítica ao bolchevismo é parte das preocupações que reuniram os indivíduos em torno do comunismo de conselhos. Assim, essa preocupação compõe uma das determinações que caracterizam o comunismo de conselhos, ou seja, a crítica à ideologia, estratégia e prática política dos partidos social-democrata e bolchevique (MAIA, 2015).

⁴ Utilizamos o conceito de ideologia como sistema ilusório de pensamento, concepção que foi desenvolvida por Marx e Engels (2007).

⁵ O KAPD (Partido Comunista Operário da Alemanha) “surgiu a partir do acirramento das lutas de classes e das manobras burocráticas no interior do KPD (Partido Comunista da Alemanha), que aderiu ao oportunismo após a morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, deformando o espartaquismo, e assim

inicial da sua formação política na juventude vai durar até o ano de 1926, época em que o movimento operário perde força e o Partido Nacional-Socialista começa a ganhar terreno na Alemanha, abrindo as portas para a futura ascensão do nazismo. Por conta da instauração da contrarrevolução na Alemanha, Mattick migra para os Estados Unidos (EUA), instalando-se em uma pequena cidade do Middle West, onde começa a trabalhar como metalúrgico e estudar profundamente a obra de Marx.

Nesses primeiros anos nos EUA, final da década de 1920 e início de 1930, Mattick participa ativamente das lutas do movimento dos desempregados e começa a colaborar com revistas políticas que possuíam ligação com o marxismo. É no ano de 1934 que ele dá prosseguimento ao desenvolvimento de sua posição política em uma base mais sólida, que será desdobrada no chamado comunismo de conselhos, o qual começa a ganhar forma nos EUA neste ano⁶ através da publicação do periódico de nome *United Workers Party* – UWP (Partido Operário Unificado) - renomeado dois anos depois para *International Council Correspondence* – ICC (Correspondência Conselhistas Internacional). Este periódico desenvolveu atividades entre os anos de 1934 até 1943 e, em vários de seus números, a crítica ao bolchevismo teve lugar de destaque.

Por mais que o periódico tivesse a participação de diversos indivíduos sem vínculo direto com o comunismo de conselhos, o principal editor e colaborador foi Paul Mattick, dando assim a sua orientação política à revista. Outro grande colaborador do periódico foi Karl Korsch, o qual teve papel de destaque e se tornou outra referência intelectual daquela tendência política nos EUA. Em introdução para a reedição de todos os números da ICC em 1970 pela editora Greenwood, Mattick resumiu a orientação política da ICC da seguinte maneira:

Esta série de publicações, que apareceu durante os anos de 1934 a 1943 sob o título *International Council Correspondence* (Correspondência Conselhistas Internacional), mais tarde renomeada *Living Marxism* (Marxismo Vivo) e, finalmente, *New Essays* (Novos Ensaios), expressava as ideias políticas de um grupo de trabalhadores americanos preocupados com a luta de classes proletária, as condições da depressão econômica e a guerra mundial. Autodenominando-se Comunistas de Conselhos, o grupo estava igualmente

expulsou a maioria do partido, considerada esquerdista (herdeiros da Esquerda de Bremen e Comunistas Internacionais)” (VIANA, 2020, p. 34).

⁶ É no ano de 1920 que ocorre a formação do comunismo de conselhos, em confronto com a social-democracia, sindicatos e parlamentos, recusa do bolchevismo e do regime russo que foi considerado naquela época como capitalismo de estado. A tendência política do comunismo de conselhos surge no seio da experiência revolucionária alemã (1918-1923), na qual o Partido Comunista Operário da Alemanha (KAPD), um não-partido, marca a formação da primeira (e principal) forma assumida pelo comunismo de conselhos em sua primeira fase. Após a derrota da revolução alemã e a desarticulação das grandes uniões operárias, entre outros elementos, surge a segunda fase do comunismo de conselhos, o período de sua reunificação entre 1923-1945 (VIANA, 2020). É neste segundo período que podemos destacar as contribuições da UWP (posteriormente ICC) nos EUA.

tão distante do partido socialista tradicional quanto do novo partido comunista e dos vários partidos de “oposição” que estes movimentos geraram. Rejeitava as ideologias e conceitos organizacionais dos partidos da Segunda e Terceira Internacionais, bem como os da natimorta “Quarta Internacional”. Com base na teoria marxista, o grupo aderiu ao princípio da autodeterminação da classe operária através do estabelecimento de conselhos operários para a conquista do poder político e a transformação do sistema capitalista em um sistema socialista de produção e distribuição. Portanto, poderia apenas ser considerada como uma organização de propaganda que defende o autogoverno da classe operária (MATTICK, 2021a).

Nesta citação, podemos extrair a ideia de que a orientação fundamental da revista foi o comunismo de conselhos, principal expressão do bloco revolucionário em sua ala proletária⁷ naquela época, em oposição às tendências do bloco progressista (Partidos socialista e comunista, Segunda, Terceira e Quarta internacionais). A revista buscava enfatizar a “autodeterminação da classe operária”, realizando uma luta cultural (“propaganda”) com o objetivo de defender o projeto de uma sociedade comunista autêntica (“o autogoverno da classe operária”).

No início do UWP, Mattick “assumiu a autoria”⁸ de dois dos três panfletos que foram publicados no início de 1934: *World-Wide Fascism or World Revolution?* (Fascismo por Todo o Mundo ou Revolução Mundial?) e *Bolshevism or Communism* (Bolchevismo ou Comunismo) (ROTH, 2015). É neste último panfleto, “Bolchevismo ou Comunismo”, que podemos identificar o esboço da crítica teórico-política de Mattick ao bolchevismo. No começo do panfleto, o autor afirma: “acreditamos que a revolução não é uma questão partidária, mas o trabalho dos operários como uma classe” (MATTICK, 2021b). Neste ponto, a UWP aproxima-se do lema inscrito no panfleto “A Revolução não é uma tarefa de Partido”, publicado por Otto Rühle (1975) em 1920 na revista *Die Aktion*. Rühle (1975, p. 161) havia dito que “a revolução não é uma questão de partido. (...) A

⁷ “Os blocos sociais são as formas mais organizadas e conscientes expressas pelas classes sociais que estabelecem estratégias, programas, ideologias, que direcionam suas ações de acordo com os seus interesses” (VIANA, 2015, p. 15). Os blocos sociais expressam os setores mais organizados e conscientes, reunindo mais de uma classe (e suas subdivisões) com a finalidade de realizar uma coalização de forças, ou seja, um conjunto de forças que expressa de forma organizada e consciente determinadas classes sociais. O bloco revolucionário é expressão do proletariado e da hegemonia proletária (VIANA, 2015). Apoiando-se na estratégia proletária, esse bloco busca realizar uma luta cultural por meio da produção teórica, propaganda generalizada, entre outras formas de atividades que visam contribuir com a luta da classe operária pela sua autoemancipação e emancipação humana em geral. A nosso ver, a produção teórica do comunismo de conselhos foi expressão da ala proletária do bloco revolucionário, pois sua formação intelectual ancorou-se no marxismo, o que possibilitou maior desenvolvimento teórico, estratégico e relativa permanência histórica. Sobre o significado histórico do comunismo de conselhos, recomendamos a leitura do ensaio de Nildo Viana: *Notas Sobre História e Significado do Comunismo de Conselhos* (2020).

⁸ Os panfletos da UWP foram publicados anonimamente, constando apenas o nome da organização como responsável pelos textos. Assim, a descoberta da autoria dos panfletos ocorreu anos depois. Segundo o biógrafo de Mattick, Gary Roth (2015), o panfleto *What Next for the American Workers?* (também publicado em 1934) não foi assinado por Paul Mattick, pois a posição sobre o fascismo e a derrubada do capitalismo como eventos distintos não coincidia com o ponto de vista de Mattick.

revolução é a tarefa política e econômica da totalidade da classe proletária”. Dessa maneira, o panfleto da UWP recoloca que a revolução não é obra de uma organização partidária, mas tarefa da classe operária em sua totalidade.

Isto não significa que existe uma desconsideração da organização revolucionária na luta de classes. Em Mattick (2021c), o papel do “partido” possui outro significado, uma vez que não há separação entre trabalhadores e partido⁹. O partido é “apenas uma expressão do fato de que apenas as minorias podem fazer conscientemente¹⁰ o que as próprias “massas” são compelidas inconscientemente a fazer” (MATTICK, 2021c). A minoria é uma parte (embora não seja a parte decisiva) do processo revolucionário. Ela não produz o processo, mas é produzida por ele. No caso de Lênin, essa minoria é identificada com a própria revolução (MATTICK, 2021c). No artigo “As Massas e a Vanguarda”, Mattick (2021d) critica o princípio da liderança, a ideia de que a vanguarda deve assumir a responsabilidade pela revolução proletária. Para o comunista de conselho, as tarefas da reorganização revolucionária e comunista devem ser realizadas pela ação mais ampla e completa das próprias “massas”¹¹. Consequentemente, o projeto comunista pressupõe “a mais ampla e abrangente atividade direta do proletariado como uma classe” (MATTICK, 2021d). Na questão da tomada do poder pelos trabalhadores, Mattick (2021d) enfatiza a necessidade de retenção do poder pelas “massas”, e não por um partido ou vanguarda. A sua posição é bastante esclarecedora nesse ponto:

O comunismo não pode ser introduzido ou realizado por um partido. Só o proletariado como um todo pode fazer isso. O comunismo significa que os trabalhadores tomaram o seu destino nas suas próprias mãos; que aboliram os salários; que eles, com a supressão do aparelho burocrático, combinaram os poderes legislativo e executivo. A unidade dos trabalhadores não reside na sacrossanta fusão de partidos ou sindicatos, mas na semelhança de suas necessidades e na expressão de necessidades em ação de massa. Todos os problemas dos trabalhadores devem, portanto, ser vistos em relação ao desenvolvimento da autoatividade das massas (MATTICK, 2021d).

⁹ É importante observar que o Partido para Mattick é uma organização histórica e que deve ser superada na própria luta. Em sua visão, o partido é apenas um instrumento da revolução, não a revolução em si (MATTICK, 2021b). O partido deve ser subordinado aos conselhos operários e o papel do partido não é nem mais nem menos do que o papel que a consciência revolucionária desempenha na história. Ele é uma parte da história, e não a história em si. Deste modo, o partido deve apoiar o desenvolvimento da iniciativa autônoma do proletariado, desenvolvendo e aumentando o poder dos conselhos operários (MATTICK, 2021b). Sobre o significado da palavra “partido” em Mattick e seu significado, retornaremos a essa discussão no próximo tópico sobre as contribuições e limites das teses desse autor.

¹⁰ Em outro momento, Mattick (2021b) reforça a tese na qual a propaganda das “minorias conscientes” deve expressar a luta dos trabalhadores e suas formas de luta independente (os conselhos operários).

¹¹ O termo “massas”, que também é título do ensaio citado de Mattick, não é um conceito marxista e seu uso é mais comum na sociologia norte-americana e sua ideologia da estratificação social. As “massas” dão homogeneidade à população, ocultando os conflitos e interesses distintos entre as classes sociais. O uso dessa palavra em Mattick é recorrente em seus textos e se trata de um deslize conceitual do autor, um termo “conjuntural” em seu pensamento que não fazia parte da sua concepção de classes sociais.

Assim, Mattick sustenta que o bolchevismo é antagônico ao comunismo, o princípio daquele remete à necessidade da vanguarda, da negação da espontaneidade e ação autônoma da classe operária. O bolchevismo cria uma separação entre os interesses da classe operária e os interesses do partido, criando uma autonomização do segundo em relação ao primeiro, distinção que não condiz à concepção de Marx sobre o “partido” ser expressão da consciência revolucionária do proletariado (MATTICK 2021d). É central em Mattick essa ênfase na autoatividade operária, o comunismo como tarefa do conjunto da classe proletária, em vez de obra de partidos ou sindicatos.

Outro aspecto discutido por Mattick é o equívoco da estratégia reformista bolchevique e de suas organizações políticas. Já deixamos evidente que a estratégia política revolucionária deve incidir na autoatividade operária, no desenvolvimento da ação direta¹² da classe operária, ao invés de querelas entre organizações e em qual direção seria correta ou não. Na concepção bolchevique, a história é, em última instância, o trabalho de “grandes homens” e a revolução é identificada com o Partido (MATTICK, 2021b). Em contraste com a estratégia de superar o capitalismo dentro dos seus limites, como foi adotada pelo “velho movimento operário” até a I Guerra Mundial, ligado à II e III Internacional e atuando através do parlamento, sindicatos e partidos, Mattick afirma que as verdadeiras expressões da consciência revolucionária são os comitês de ação, os conselhos operários (*soviets*), como a experiência demonstrou na Revolução Russa (1917), Revolução Alemã (1918), etc. Além disso, a estratégia bolchevique, em sua ilusão com as concessões democráticas, deve ser também rechaçada:

Seguir a luta pela democracia resultará na luta por uma impossibilidade, porque a democracia não é, numa base puramente política, nada mais que um fetichismo para esconder o conteúdo real da sociedade burguesa. Quando Trotsky diz: “verdadeira democracia” sem dizer que isto só pode ser o resultado de uma economia comunista, que necessita da ditadura do proletariado exercida pelos conselhos operários, isto é oportunismo político. Se esta política pudesse ser realizada (e não pode) teríamos outro período de democracia no qual a matança dos trabalhadores é novamente exercida pelos pilares da democracia, os partidos políticos. Os trabalhadores teriam lutado apenas para trocar seus assassinos fascistas por assassinos democráticos. Porque, assim que a democracia derrubasse o regime fascista, uma nova burocracia assumiria o governo antes de ser tomada pelos fascistas. Ela

¹² Por ação direta, entende-se o método de luta fora das “organizações tradicionais” (partidos, sindicatos, Estado, etc.). Em outras palavras, nas greves selvagens os próprios trabalhadores assumem a liderança da sua greve e a organizam numa base fabril. Mattick (2021d) percebe que as greves não representam meras interrupções na lucratividade ou simples perturbações econômicas. O significado real da greve independente deriva da ação dos trabalhadores como classe organizada, na criação de comitês de fábrica e conselhos operários estendendo-se por amplas áreas, nas quais o proletariado cria os órgãos que regulam a produção, a distribuição e todas as outras funções da vida social. As “greves selvagens, embora aparentemente de pouca importância, seja em pequena ou grande escala, são um comunismo embrionário” (MATTICK, 2021d).

defenderia esta posição contra a verdadeira democracia, isto é, a democracia econômica. Levantar ou ajudar a levantar o slogan da democracia em um período de fascismo não significa a superação, mas o fortalecimento das ilusões democráticas (MATTICK, 2021b).

Desse modo, Mattick enfatiza a luta independente da classe operária contra a estratégia reformista do bolchevismo, fundamentada nas ilusões democráticas e subordinada às organizações burocráticas (sindicatos, Estado e partidos). A derrubada do capitalismo pressupõe a ação unificada do proletariado, sem uma liderança lhes ditando o que fazer ou organizações restringindo-lhes a luta. Ao contrário disso, Lênin não conseguiu se livrar da influência do degenerado “marxismo ortodoxo” da social-democracia. Na visão de Mattick (2021b), Lênin subestimou o papel da espontaneidade na história e desenvolveu uma concepção mecânica do materialismo¹³ que se tornou a raiz do bolchevismo.

A concepção de Lênin não via na consciência senão o reflexo do mundo externo, uma concepção que o levou a subestimar o papel da espontaneidade na história. Para Lênin como para Kautsky, a consciência socialista não é idêntica à do proletariado, mas é levada aos trabalhadores de fora. Trazer esta consciência é a tarefa do Partido. **Para Marx, porém**, a luta de classes é idêntica à consciência de classe. Nem Kautsky nem seu aluno Lênin conseguiram entender isto (MATTICK, 2021b, grifos do autor).

A explicação da origem dessa concepção vanguardista é desenvolvida em outro texto assinado por Mattick e publicado na UWP. Em 1935, a UWP publicou uma tradução em inglês de texto de Rosa Luxemburgo: o panfleto *Leninismo ou Marxismo?*¹⁴ (publicado originalmente como artigo em 1904 sob o título de “Questões de organização da Social-Democracia russa”). Como complemento, Mattick escreve uma introdução buscando desenvolver mais elementos críticos ao bolchevismo. Na parte da discussão sobre Lênin, Mattick demonstra que o caráter não marxista do líder bolchevique pode ser melhor exemplificado na sua “conclusão filosófica de que a classe operária nunca será capaz de desenvolver uma consciência de classe revolucionária” (MATTICK, 2021c). Esta “consciência deve ser ‘imposta’ às massas pelo partido revolucionário, que recebe

¹³ Mattick (2016) complementa que essa posição filosófica de Lênin não acrescentou ao marxismo o menor elemento que possa ser qualificado como novo e original. Na principal obra filosófica de Lênin, *Materialismo e Empiriocriticismo*, ele limitou-se a repetir Engels, colocando em oposição diferentes concepções filosóficas até chegar à oposição entre materialismo e idealismo. Dessa maneira, Mattick dá prosseguimento e está de acordo com a crítica realizada por Korsch, na obra *Marxismo e Filosofia* (2008), e Pannekoek, na obra *Lênin, Filósofo* (2004). Estes dois autores, pertencentes ao comunismo de conselhos, trataram da discussão sobre o materialismo burguês e da crítica ao materialismo de Lênin, de forma mais aprofundada do que Mattick.

¹⁴ Há uma tradução recente desse panfleto de Rosa Luxemburgo, em versão publicada no ano de 2020 pelas Edições Enfrentamento sob o título *Marxismo Contra Burocracia*. Nesta coletânea é possível encontrar diversos textos de Rosa Luxemburgo, inclusive o artigo “Leninismo ou Marxismo?”.

suas ideias dos intelectuais” (MATTICK, 2021c), afirmação que foi desenvolvida no panfleto *Que Fazer?*, no qual Lênin (1978) demonstra a necessidade de um partido fortemente centralizado e estritamente disciplinado. O resultado é que sem um partido, nenhum movimento revolucionário pode ser bem-sucedido.

A posição de Lênin é idealista, mecanicista, unilateral e não marxista. Em convergência com Lênin, Trotsky também reproduz essa concepção, sempre reiterando que a ação revolucionária depende de convencer os trabalhadores a realizar a revolução, de acordo com os ensinamentos dos seus líderes, ou melhor dizendo, do “grande mestre” Trotsky e do seu partido (MATTICK, 2021b). Após as “massas” se convencerem da necessidade de fazer a revolução, elas seguirão o partido de Trotsky que então reivindicará a ditadura do proletariado (na verdade, a ditadura sobre o proletariado). Esta concepção de Trotsky é semelhante àquela em Lênin, ambas reproduzindo a visão social-democrata do “marxismo ortodoxo” de Kautsky e Plekhanov.

Outro traço ideológico do materialismo mecanicista pode ser visto na tática da Terceira Internacional e nas experiências do Partido Bolchevique para aplicá-la em outros países. Tal tática ficou conhecida como a bolchevização dos partidos comunistas. Seguiu-se a política de combinar as necessidades da política nacional russa (direcionada a tornar a Rússia uma grande potência) com a linha política dessa Internacional. No entanto, Mattick (2021c) adverte que um dos elementos da dialética materialista é que os métodos e meios de luta adequados a um determinado período e a um determinado local se mostram ineptos quando transferidos para outro período e para outras localidades e relações. Conclui-se, portanto, que a tática da Terceira Internacional foi nefasta, pois não atendeu às necessidades da luta revolucionária do proletariado, e sua política nacional não teve nenhuma relação com essa luta.

Há ainda outra consideração importante que Mattick faz sobre o bolchevismo: o suposto sucesso dos bolcheviques na Rússia, o que leva a uma consideração sobre a Revolução Russa. Em relação a esse tema, Mattick buscou responder no ano de 1938, em texto publicado na revista *The Modern Quarterly*, à pergunta: “A Revolução Bolchevique foi um Fracasso?”. Diante da afirmação a respeito da Revolução Russa ter atingido objetivos proletários, o autor coloca a seguinte reflexão:

As ideias e palavras de ordem relacionadas com os objetivos do proletariado, e mesmo as lutas reais e formas de organização peculiares ao movimento independente da classe proletária, não são suficientes para dar a Revolução Russa um caráter proletário. Certamente muitos trabalhadores acreditaram que a Revolução Bolchevique terminaria no socialismo. No entanto, as ilusões dos trabalhadores não podem substituir as medidas necessárias para atingir os

objetivos do proletariado. O socialismo como uma palavra de ordem, como um ideal, ainda se encaixa perfeitamente numa revolução burguesa e em uma sociedade burguesa. Os objetivos proletários, em primeiro lugar, devem incorporar a abolição da classe proletária através da abolição de todas as relações de classe. (MATTICK, 2021e).

Em seguida, Mattick (2021e) acrescenta que a Revolução Bolchevique buscou realizar o desenvolvimento da indústria moderna, de um proletariado moderno, o que pode ser visto no conceito bolchevique de “socialismo”¹⁵, o qual contém relações como o trabalho assalariado, a produção de capital, e assegura estas relações através da divisão da sociedade em governantes e governados. A Revolução Russa foi uma revolução camponesa, na qual o Partido Bolchevique se apoiou nos camponeses, e estes deixaram de lado os objetivos proletários para apoiarem a política do bolchevismo, que foi responsável por distribuir terras e coletivizar a agricultura, transformando os camponeses em trabalhadores assalariados. Esse processo de proletarização não é um objetivo revolucionário, mas um objetivo burguês.

A base social do bolchevismo deveu-se ao atraso geral prevalecente sobre a Rússia czarista, na qual a intelectualidade russa possuía poucas chances de melhorar a sua posição (MATTICK, 2021f). A burguesia nacional era extremamente fraca e a intelectualidade (ou *intelligentsia*, termo que Mattick utiliza de forma cambiável com intelectualidade) e todas as forças “progressistas” lutando contra a reação não poderiam obter o apoio dela, nem da burguesia reacionária da Europa ocidental (MATTICK, 2021e). Nessa situação, a intelectualidade e amplas “camadas da classe média” (MATTICK, 2021f) se politizaram e viraram um contrapeso do declinante “sistema econômico”. Buscando ideologias¹⁶ úteis como armas e aliados, a intelectualidade precisou apelar para o movimento operário e outros elementos descontentes na sociedade russa para transformá-la em um Estado moderno. Mattick (2021f) coloca que “a direção do movimento bolchevique, tanto como a dos movimentos fascistas, não era proletária, mas de classe média: o resultado da frustração dos intelectuais debaixo das condições de

¹⁵ O conceito de “socialismo” no bolchevismo encontra-se desenvolvido em Lênin, cuja visão de socialismo não era mais que uma espécie de Capitalismo de Estado de acordo com o “modelo dos correios alemães” (MATTICK, 2016), análise esta que foi desenvolvida anteriormente por Jan Appel em sua crítica da obra *O Estado e a Revolução* de Lênin no artigo “Marxism and State Communism: The Withering Away of the State”, publicado em 1932, como parte dos estudos preliminares para o texto *Princípios Fundamentais da Distribuição e Produção Comunista* (CORVO, 2021).

¹⁶ Em certas passagens, Mattick utiliza a palavra ideologia como visão ou concepção de mundo, a exemplo dessa passagem, e em outros momentos, ele utiliza o conceito de ideologia como “falsa consciência”, no sentido marxista, ao considerar o leninismo, por exemplo, como ideologia. Não há coerência e precisão terminológica no uso do conceito de ideologia nos diversos artigos desse militante marxista.

estagnação e atrofia econômica”. Temos, portanto, a percepção da base social do bolchevismo: a classe média.

Além disso, Mattick (2021e) afirma que os bolcheviques cumpriram objetivos capitalistas, o que não significa que naquela situação revolucionária não houve objetivos proletários¹⁷. Em certos momentos, ocorreu a expropriação de fábricas e de outras formas de propriedade burguesa pelo movimento operário, responsável por criar várias formas de auto-organização nesse processo, destacando-se os conselhos operários, até que estes foram destruídos¹⁸ tão logo o Estado bolchevique surgiu e suplantou o poder dos conselhos, os substituindo pelo poder do Partido¹⁹. Em outras palavras, o poder conquistado pelos trabalhadores no processo revolucionário foi perdido. Ocorreu uma contrarrevolução que, contrariamente aos objetivos proletários, foi vitoriosa com o êxito do bolchevismo, ao transformar a propriedade privada em propriedade estatal, dando continuidade à exploração dos trabalhadores sob a forma do capitalismo de estado.

Dessa forma, o “sucesso dos bolcheviques na Rússia” é visto por Mattick como a realização do capitalismo sob outra forma. Naquelas condições, o Partido realizou a tarefa que a burguesia já não era capaz, utilizando de uma terminologia “marxista” que deu origem à ilusão de que suas “tendências socialistas” tinham força suficiente para alterar o caráter burguês da Rússia. Mattick arremata dizendo que “tudo o que aconteceu foi que os bolcheviques não só foram forçados ou dispostos a cumprir as funções da burguesia, mas por esse processo eles se tornaram a classe dominante e exploradora” (MATTICK,

¹⁷ Deve-se destacar que esse processo não foi, necessariamente, consciente. Os bolcheviques não explicitaram que estavam cumprindo objetivos capitalistas; ao contrário disso, eles afirmavam que estavam realizando uma revolução “socialista”. Desta forma, à revelia do discurso pretensamente proletário e revolucionário que falsamente o bolchevismo aludia, as medidas que o Partido Bolchevique implantou foram burguesas, capitalistas.

¹⁸ Os conselhos operários foram os responsáveis por derrubar simultaneamente o czarismo e a burguesia, mas ao mesmo tempo, não conseguiram conservar o poder e impedir totalmente o desenvolvimento do capitalismo de estado. Sobre este aspecto, em artigo publicado em 1967 (“A Gestão Operária”), Mattick (1977, p. 237) diz que “a razão essencial do fracasso do movimento dos conselhos foi a imaturidade geral objetiva do país, em relação às exigências de uma transformação socialista”. Em entrevista concedida a J. J. Lebel, datada em 1975, Mattick (2018a) reafirma a sua posição de que na Rússia houve um “despreparo objetivo para uma revolução socialista”. No próximo tópico, voltaremos a essa discussão sobre os limites “objetivos” presentes na Revolução Russa em 1917.

¹⁹ Mattick (1977, p. 234) desenvolve mais elementos sobre a contrarrevolução bolchevique: “Em pouco tempo o regime soviético transformou-se numa ditadura de partido. Os soviéticos, assim esvaziados de sentido, foram mantidos num simples plano formal para camuflar a realidade. Ainda que a principal palavra de ordem dos bolcheviques fosse “Todo o poder aos soviéticos!” o novo governo reduziu o seu significado, restringindo-o a um mero controle operário. E pôs-se circunspectamente a aplicar o seu programa de socialização que, longe de confiar aos trabalhadores poderes de gestão efetivos, lhes reconhecia simplesmente um direito de vigilância sobre o funcionamento das empresas industriais, ainda nesse momento nas mãos dos capitalistas.” Assim, observamos que o caráter autárquico (auto-organizado) dos conselhos operários (soviéticos) foi sendo eliminado aos poucos com o partido bolchevique no poder, que buscava, a todo custo, reorganizar a indústria e desenvolver a acumulação de capital.

2021e). Portanto, fica claro que Mattick concebe a Revolução Russa como uma Revolução Burguesa²⁰, na qual o Partido Bolchevique assumiu a função da burguesia e tornou-se a classe dominante.

Logo após a instauração do capitalismo de estado na Rússia e a morte de Lênin, ocorreram disputas internas no Partido Bolchevique, sobretudo entre a ala liderada por Trotsky e a outra ala dirigida por Stalin. A partir dessa disputa, Stalin conseguiu derrubar Trotsky, mandando-o para o exílio e forçando este bolchevique a formar uma oposição interna, que depois foi cristalizada na forma da IV Internacional, alvo de crítica por parte de Mattick (2021b). Nossa intenção aqui é chamar a atenção para a posição de Mattick acerca dos epígonos de Lênin, principalmente as figuras de Trotsky e Stalin. Há um artigo exemplar publicado na revista *Politics* em 1947, originalmente com o título “*Stalin, Trotsky and Lenin*”, que sintetiza bem a crítica do conselheiro alemão sobre a relação entre stalinismo e trotskismo.

Em contraste com a tese de Trotsky sobre a ocorrência de um termidor após a morte de Lênin, o que levou a um “crescimento dos privilégios da burocracia”, Mattick (2018b) constata que é necessário retornar ao período pré-Stalin, no qual Lênin e Trotsky desempenharam papel importante na criação da burocracia de estado, aumentando-lhe os privilégios com o objetivo de aumentar sua eficácia. O bolchevismo aproveitou-se dos levantes espontâneos das “massas” camponesas e operárias, tomando o poder do Estado em outubro de 1917. Após o bolchevismo tornar-se a classe dominante, como já foi dito anteriormente, o objetivo seguinte foi dar início à criação de uma ordem social

²⁰ Em outro texto, publicado em 1978, três anos antes da morte de Mattick, ele deixa evidente novamente que o bolchevismo implantou o capitalismo de estado na Rússia: “As revoluções que tiveram êxito, em primeiro lugar, na Rússia e China, não foram revoluções *proletárias* no sentido marxista, que conduzissem à “*associação dos produtores livres e iguais*”, mas revoluções *capitalistas de Estado*, que eram objetivamente incapazes de levar ao socialismo. O marxismo serviu neste caso como uma mera ideologia para justificar a ascensão de sistemas capitalistas modificados, que já não estavam determinados pela competição mercantil, mas controlados por meio do Estado autoritário. Assentados no campesinato, porém, concebidos para a industrialização acelerada para criar um proletariado industrial, estavam preparados para abolir a burguesia tradicional, porém não o *capital* como relação social. Este tipo de capitalismo não havia sido previsto por Marx nem pelos primeiros marxistas, ainda que defendessem a tomada do poder estatal para derrubar a burguesia – *porém, apenas para abolir o próprio Estado.*” (MATTICK, 2021g, grifos do autor). Mattick (2021g) acrescenta que o capitalismo de estado é uma tendência que continua existindo, uma vez que possíveis processos revolucionários podem vir a ser derrotados e, posteriormente, transformados em regimes capitalistas de estado. Outra possibilidade está presente no próprio capitalismo, em sua tendência centralizadora, na qual a concentração de capital, sua monopolização e aumento de corporações permitem que a propriedade seja separada da gestão direta e ocorra a integração do Estado e capital na economia mista, apontando elementos em direção a um capitalismo de estado plenamente maduro. Esta discussão é realizada de forma mais profunda no livro *Marx & Keynes* (2010), obra que não entraremos em detalhes por não ser o tema principal deste artigo.

centralizada que permitisse manter a separação entre operários e meios de produção, e colocar a Rússia como uma potência imperialista.

No decorrer da instauração do capitalismo de estado e tomada do governo pelo partido bolchevique, os camponeses foram controlados através da partilha da terra, os operários foram reintegrados às usinas como assalariados, e os soldados retornaram à vida civil, voltando à antiga condição de camponeses ou operários. O novo governo exigiu a submissão de todas as classes sociais à sua autoridade, concentrando paulatinamente todo o poder em suas mãos e centralizando todos os órgãos de controle. Mattick (2018b) nos diz que a Rússia foi organizada, desde a tomada do poder em outubro de 1917, conforme os interesses de uma classe bem determinada, a classe privilegiada do sistema capitalista de estado nascente.

Todo esse argumento demonstra que o stalinismo não tem relação com qualquer “termidor burocrático”. Na verdade, no período da “revolução”, todo o comitê central do partido funcionava de maneira regulada e inteiramente subordinada à Lênin. Após a “revolução”, essa situação foi reforçada, de modo que o aparato burocrático foi progredindo no decorrer do tempo. Ainda na época de Lênin, Mattick (2018b) lembra que o burocrata russo jamais criticou verdadeiramente o aparato do partido e direção, o que significa que Lênin jamais pôde criticar a si mesmo. Em relação a Trotsky, ele foi apenas um bolchevique descontente, desempenhando fora da Rússia um intenso combate pelo poder e pela direção do pretense movimento “comunista” internacional. Sua importância real reside no seu objetivo em substituir a direção oligárquica de Stalin pelo seu grupo.

No geral, a crítica radical de Paul Mattick ao bolchevismo pode ser resumida nos seguintes pontos: 1) crítica da estratégia reformista do bolchevismo, como visto na recusa do Partido, da atuação nos sindicatos, parlamento, entre outras organizações burocráticas que possuem como finalidade a direção e subordinação da autoatividade da classe operária aos seus interesses; 2) crítica da ideologia bolchevique, inscrita no leninismo, cuja determinação fundamental é o pensamento de Lênin (criador de teses ideológicas, como o vanguardismo e materialismo mecanicista); e, por fim, 3) a crítica da prática política bolchevique, exemplarmente demonstrada na Rússia, onde o Partido Bolchevique realizou uma revolução burguesa e tornou-se a classe dominante. Através desse panorama, desenvolveremos no próximo tópico um balanço das contribuições de Mattick visando uma atualização teórica dessa crítica radical ao caráter contrarrevolucionário do bolchevismo.

Contribuições e Limites da Crítica de Mattick

Paul Mattick, a partir do que foi exposto aqui, pode ser considerado um dos grandes teóricos e militantes do marxismo revolucionário. A marginalização de sua obra e as tímidas discussões sobre suas reflexões críticas a respeito do bolchevismo, atesta aquilo que ele próprio afirmou quanto ao desenvolvimento do marxismo em tempos não-revolucionários: “Nada prova de maneira mais peremptória o caráter revolucionário das teorias de Marx [e do marxismo em geral – GT] do que a dificuldade de assegurar a sua manutenção em períodos não-revolucionários” (MATTICK, 1977, p. 56). Logo, o refluxo da luta de classes e a vitória da contrarrevolução, fez com que o marxismo revolucionário fosse escanteado e o pseudomarxismo se tornasse reinante. O quase total desconhecimento da vida e obra de Mattick no Brasil²¹ é sintomático desse processo.

O primeiro elemento que poderíamos colocar aqui, enquanto balanço da crítica radical de Mattick ao bolchevismo, é que tal empreitada está ligada a uma reflexão mais ampla e profunda sobre as tarefas dos revolucionários e o vínculo com o projeto político marxista. Ou seja, a sua crítica estava vinculada ao seu projeto político de transformação radical da sociedade; à revolução. Isto significa dizer que Mattick assentava a sua crítica na necessidade de combater, no plano da luta cultural e de sua posição no interior da luta de classes no geral, uma ideologia e prática política não apenas nocivas ao papel revolucionário do proletariado, mas contrarrevolucionárias. O bolchevismo, então, nessa perspectiva, trata-se de uma força que obliterava as possibilidades de emancipação dos trabalhadores, mas que se colocava como a sua vanguarda, ofuscando os seus reais interesses de controle e dominação.

Por esse ângulo, a crítica de Mattick não era uma crítica destituída de uma simultânea proposição positiva: o ponto de partida para se pensar a real emancipação dos trabalhadores era a crítica radical ao bolchevismo, que se apresentava como representante dos interesses do proletariado russo e, posteriormente, do proletariado mundial (especialmente a partir do processo de bolchevização dos partidos comunistas - HÁJEK, 1988 - efetuadas pela III Internacional). Era necessário, enfim, evidenciar os reais interesses do bolchevismo e explicitar que o apoio a ele se tratava de uma ilusão com graves consequências políticas, tanto à experiência russa, quanto ao crescente processo de radicalização do proletariado mundial.

²¹ Apesar, claro, deste fenômeno não ser algo apenas brasileiro e sim mundial.

Logo, a sua empreitada de crítica ao bolchevismo se soma às demais investidas do autor não só aos inimigos “internos” do proletariado (Kautsky, Lênin, Trotsky, Stalin, II Internacional, III Internacional, IV Internacional, etc.), mas também aos inimigos mais diretos que é a classe dominante e seus representantes ideológicos. Isso nos leva a afirmar que a crítica de Mattick ao bolchevismo se integra a uma totalidade, mais ampla, que é a crítica radical à sociedade capitalista e sua dinâmica. É por isso que a sua obra busca refletir desde a crítica às deformações do marxismo até a análises originais sobre o keynesianismo, a partir do ponto de vista e expressando teórica e politicamente o proletariado revolucionário. Em síntese, a sua compreensão de marxismo, que toma emprestado de Karl Korsch, atesta a necessidade de expressar, teoricamente, o proletariado revolucionário. Daí a necessidade de uma crítica desapiedada do existente, como colocada por Marx (2021) enquanto uma de suas tarefas políticas.

O segundo elemento é que, no essencial, a avaliação crítica de Paul Mattick encontra-se correta quanto ao significado político e ideológico do bolchevismo, ou seja: os três pontos colocados no conjunto de sua obra, que sintetizam a sua discussão sobre essa ideologia, atestam e evidenciam o caráter contrarrevolucionário do bolchevismo e a necessidade de combatê-lo, tanto a nível prático quanto ideológico. Como já colocamos anteriormente, tal avaliação se soma às de outros militantes igualmente críticos ao bolchevismo, tanto no calor do momento, no processo revolucionário e nos seus primeiros anos, quanto posteriormente, quando o regime bolchevique já estava instalado e estável.

Nesse sentido, Mattick encontra-se ancorado e em colaboração direta com o bloco revolucionário de seu tempo, tais como os demais comunistas de conselhos (Pannekoek, Korsch²², Rühle, Gorter, etc.) e o anarquismo (Rudolf Rocker, Ida Mett, Henri Arvon, Emma Goldman), além de setores mais ambíguos ou problemáticos, mas que fizeram importantes críticas ao bolchevismo, tal como o bordiguismo e as frações radicais (também conhecidas como ‘esquerdas dissidentes’), no interior do partido bolchevique (Comunistas de Esquerda, Centralismo Democrático, Oposição Operária, Grupo Operário, Verdade Operária, etc.). Isso demonstra que sua crítica, antes de ser uma voz incômoda isolada, individual, estava ligada a um conjunto de organizações, correntes, doutrinas e indivíduos revolucionários críticos à experiência russa e o papel contrarrevolucionário dos bolcheviques e suas variantes ideológicas.

²² Este possui a especificidade de ter “aderido” ao comunismo de conselhos tardiamente.

O terceiro elemento, e que será mais explorado no presente tópico, são alguns equívocos e limites de algumas questões específicas colocadas por Mattick. Antes, é importante colocar que muitos de tais equívocos e limites estão mais ligados às dificuldades, da época, de desenvolver uma avaliação global do processo contrarrevolucionário que assolou os países cuja intensificação da luta de classes chegou em seu ápice. Muitos processos sociais e desdobramentos históricos só se apresentaram cristalinos muitas décadas depois dos primeiros escritos de Mattick sobre o assunto. É por isso que podemos ver, ao longo do seu desenvolvimento intelectual e político, algumas mudanças de posicionamento, mais críticos e globais, conservando o núcleo revolucionário de seu pensamento, mas ainda insuficientes em alguns aspectos.

O primeiro limite de Mattick, a propósito do que foi apresentado na delimitação proposta neste texto, é a sua definição e visão sobre a questão do partido. Para o nosso conselheiro alemão, como colocado anteriormente, não há separação entre partido e trabalhadores (mas aquele é a ala mais consciente destes); uma interpretação semelhante, em que peses suas diferenças, com a perspectiva colocada por Rosa Luxemburgo (2011), que percebia o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) como unidade ao proletariado alemão, no período pré I Guerra Mundial, o que lhe custou, inclusive, a vida com seu assassinato e de Liebknecht por paramilitares ligados ao governo social-democrata que ordenou a repressão dos espartaquistas. Aqui, podemos perceber a confusão que Mattick faz com relação às organizações revolucionárias e partidos políticos, equivalendo ambos ou, melhor, integrando este segundo, de maneira ressignificada, no primeiro. Essa equivalência gera mais confusões do que contribui para o avanço das organizações revolucionárias.

Sem cometer verbalismo (LABRIOLA, 1979), o uso, mesmo que ressignificado de *partido* como organização revolucionária (sendo a parte mais consciente do proletariado, não constituindo uma vanguarda dirigente), recai no limite de utilizar o mesmo signo pertencente ao campo lexical do paradigma vanguardista da episteme burguesa²³, sendo que o significado de tal signo (partido), é hegemonicamente oriundo da perspectiva burguesa ou burocrática. Além disso, a noção trazida por Mattick não condiz com a realidade concreta dos partidos políticos. Torna-se uma definição apartada

²³ Entende-se aqui episteme burguesa como a infraestrutura do pensamento burguês e o paradigma vanguardista a sua manifestação concreta no capitalismo estatal soviético. Logo, o paradigma vanguardista emerge com o leninismo e vai se tornando hegemônico, no interior do conjunto de países capitalistas estatais, a partir de uma mentalidade burocrática. Para mais informações consultar cf. VIANA, 2019.

de suas raízes, origens e determinações concretas. Uma perspectiva idealista. Logo, não é trocando o significado de um signo que se muda o fenômeno que esse mesmo signo expressa. Os partidos políticos são, em essência, organizações burocráticas, vinculados e pertencentes a essa sociedade, reprodutora de suas relações sociais, que são relações de dominação e exploração. Tais organizações almejam a conquista do poder estatal através da ideologia da representação (VIANA, 2013). É a partir desta definição que podemos ver o caráter antagônico entre partidos políticos, organizações burocráticas (junto com outras, tais como o próprio Estado, sindicato, instituição escolar, empresa, etc.), e organizações revolucionárias, que são organizações autárquicas (tais como os conselhos operários, comandos de greves, etc.)²⁴.

É evidente que Mattick (2021b; 2021c; 2021h) não pensava os partidos como essas organizações burocráticas, mas a sua visão idealista dessa organização torna-se um limite para o avanço da consciência revolucionária. Em nossa visão, a discussão teórica mais adequada reside na distinção entre organizações burocráticas e organizações autárquicas (auto-organizadas). Os partidos políticos são organizações burocráticas, como já dito anteriormente, enquanto o “partido”, discutido por Mattick e outros comunistas de conselhos - como Otto Rühle (1975), em seu texto *“A revolução não é uma tarefa de partido”*, e Anton Pannekoek, nos textos *“Partido e Classes”* (PANNEKOEK 2021b) e *“Partido e Classe Operária”* (PANNEKOEK, 2011) -, refere-se a uma organização autárquica.

As organizações autárquicas não possuem quadro dirigente, nem burocracia (VIANA, 2016). Elas são marcadas pelo poder de decisão coletivo, tanto no plano da direção, como no plano interno. O que importa aqui para a discussão de Mattick sobre o “partido”, é que este possuía como objetivo revolucionário declarado a transformação radical e total da sociedade. No momento histórico destacado, isto é, em textos escritos por Mattick na década de 1930, a UWP se constituía num pequeno grupo político que apontava para a necessidade de propaganda, difusão de ideias revolucionárias, incentivo à auto-organização, etc. Assim, em contraste com a percepção idealista e dos limites de Mattick no uso do termo “partido”, observamos que a forma de organização defendida

²⁴ Como não é foco ou objetivo de nosso trabalho, sugerimos aos leitores, caso haja interesse em aprofundamentos sobre a questão dos partidos políticos, em verificar as seguintes referências, a propósito de uma discussão teórica sobre essas organizações: VIANA, 2013; DA SILVA, 2021. Quanto ao processo de burocratização dos partidos, ao longo da história, verificar: MICHELS, 1982; PRZEWORSKI, 1989 e TRAGTENBERG, 1988.

por ele naquela época²⁵ era tão somente uma contribuição para o aceleração do processo revolucionário, defendendo um “partido” totalmente distinto do “partido vanguardista”, isto é, do partido político como organização burocrática.

O segundo limite diagnosticado na avaliação de Mattick é a sua afirmação de que a base social do bolchevismo foi de determinadas camadas das “classes médias”. Isso demonstra duas fragilidades na análise de nosso autor alemão.

A primeira é a noção empobrecida sobre as classes sociais não fundamentais (classes subsidiárias) da sociedade capitalista, ou seja, aquelas classes sociais que não estão diretamente ligadas ao processo produtivo, ao modo de produção (no caso da sociedade capitalista, trata-se do proletariado e a burguesia). A ideia de “classes médias” nada explica, além de ser uma concessão à ideologia da estratificação social, longe de uma explicação fundada no materialismo histórico-dialético. A noção de “classes médias” ofusca o conjunto de classes sociais existentes na luta de classes e suas respectivas posições no processo de reprodução da sociabilidade capitalista. Nesse bojo, cabe classes distintas como a intelectualidade, a burocracia, pequena-burguesia, etc., uniformizando seus interesses, modos de vida e posições na divisão social do trabalho.

A segunda fragilidade, derivada da primeira, é a não percepção e compreensão de que a base do bolchevismo foi a burocracia civil russa. Essa fragilidade é compartilhada também com os outros conselhistas:

Em que pese os comunistas de conselhos terem, acertadamente, desmascarado o caráter contrarrevolucionário do bolchevismo com a tomada do poder de Estado em outubro de 1917 e execução do esvaziamento dos soviets na Rússia, eles não perceberam, de forma estruturada e conceitual, o caráter de classe do bolchevismo enquanto fração da burocracia civil. [...] Dessa forma, não existia, nessa época, uma análise sistemática e unitária sobre o caráter de classe do bolchevismo e do leninismo, apesar de, em alguns textos, essa questão ficar implícita (TELES, 2020, p. 108).

Se Mattick coloca a base social do bolchevismo como de classe média (sem definir o que ele entendia por classe média, o que gera ambiguidades), Pannekoek (2017), por exemplo, irá acusar o bolchevismo de “neoblanquismo”, onde a tomada do poder é executada por uma minoria “revolucionária”; já Helmut Wagner (2014), rotulará o bolchevismo como “jacobinista”. Isso demonstra, então, que a ideia da existência da

²⁵ Estamos frisando aqui a afirmação “naquela época”, pois a posição do Mattick sobre a organização dos revolucionários não é tão clara em seus artigos escritos nos anos de 1950 e final da década de 1970, em período que ele esteve afastado formalmente de qualquer organização política. Procuramos delimitar a discussão sobre o “partido” e as “minorias revolucionárias” nos textos do Mattick escritos nos anos de 1930, na medida em que eles apresentam uma discussão importante acerca da relação entre organização revolucionária e classe operária. Pretendemos, em outro estudo, aprofundar mais na posição do autor alemão sobre a organização dos revolucionários em seus escritos “maduros”.

relação entre dirigentes e dirigidos, um dos fundamentos da burocracia, já estava presente, mesmo que implicitamente, na crítica dos conselhistas.

É somente com uma reavaliação crítica do significado político da Revolução Russa e seus desdobramentos, especialmente após a década de 50, que ocorre um desenvolvimento conceitual, ainda que rudimentar, sobre a ideia do bolchevismo enquanto representante da classe burocrática radicalizada. Mas é com o marxismo autogestionário e sua consolidação, bem como o processo de desenvolvimento da teoria das classes sociais que finalmente se localiza o bolchevismo como uma fração da classe burocrática. A explicação de Maia nos auxilia na compreensão dessa questão:

A classe burocrática não é a classe proprietária na sociedade capitalista, à burguesia cabe este papel. A burocracia é uma classe auxiliar da burguesia. Isto significa que é uma classe oposta ao proletariado. Entretanto, pelo fato de ela não ser uma classe homogênea, mas sim estratificada, há em seu interior estratos que se aproximam do proletariado e outros que se aproximam da burguesia. Esta peculiaridade permitiu a ela, a partir de suas frações mais próximas do proletariado, expressar-se como representantes da classe operária. Assim se explica o desenvolvimento dos partidos “operários” ou de “esquerda” e dos sindicatos (2015, p. 61).

Agora torna-se localizável e inteligível a origem de classe do bolchevismo. Apesar da fragilidade explicativa de Mattick nesse quesito específico, ele acerta em afirmar que o bolchevismo (ou mais exatamente, a classe social lhe dá base) se torna classe dominante e exploradora. No entanto, em nosso entendimento, tal classe se metamorfoseia, modificando a sua posição no interior da sociedade:

Ao tomar o poder estatal, a burocracia partidária se funde com a burocracia estatal e assim se metamorfoseia em burguesia de Estado, classe simultaneamente apropriadora de mais-valor e dirigente burocrática da sociedade como um todo, formando um capitalismo de Estado, tal como teorizado por diversos autores, sob formas distintas. Assim, a prática bolchevique afirma um regime ditatorial, na qual há a proibição de frações dissidentes dentro do partido e silenciamento das dissidências externas (anarquistas, marxistas, etc.), repressão física e política do proletariado, campesinato, etc., tal como no caso da Ucrânia e Kronstadt, esvaziamento dos conselhos operários, soviets e burocratização da sociedade (VIANA, 2017, p. 210).

O terceiro limite é a ambivalência de Mattick ao expor de que tipo de “revolução” se tratou a tomada de poder em outubro de 1917. Em alguns textos, de maneira acertada, ele define a Revolução Russa como uma revolução modernizadora da sociedade russa; logo, uma revolução burguesa. Porém, em seu texto *A Revolução Bolchevique foi um Fracasso?*, de 1938, afirma que a Revolução Russa pode ser considerada uma “revolução camponesa”. Isso, evidentemente, traz uma contradição importante. A ideia de uma “revolução camponesa” é contrassenso, já que a classe camponesa não possui condições,

devido a sua posição no interior da sociedade, de produzir uma revolução, isto é, uma transformação radical das relações sociais. Na dinâmica da luta de classes, os camponeses estão limitados a uma perspectiva da pequena propriedade, o que implica em limites do ponto de vista de um projeto de nova sociedade a partir de sua própria posição na divisão social do trabalho.

Tal ambivalência, no entanto, se torna uma questão formal, ao avançarmos na própria discussão de Mattick sobre o que seria essa revolução camponesa. Ele afirma:

Não pode ser negado que a Revolução Russa, antes de tudo, foi uma **revolução camponesa**. Assim como é óbvio que estes camponeses, lutando pela terra e pela propriedade, não tinham objetivos proletários. A Revolução Bolchevique **encontrou apoio por parte dos camponeses**, que, por sua vez, apoiaram os bolcheviques sem objetivos proletários estarem envolvidos. Por esse motivo os bolcheviques consideravam a sua política camponesa de início como uma concessão ao inevitável atraso das condições da Rússia. A posterior coletivização do campo ilustra como os bolcheviques sinceramente concordavam com o Socialismo Ocidental de que a distribuição da terra para os camponeses não é um objetivo socialista. No entanto, a coletivização da agricultura e a transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados não é ainda um objetivo proletário, mas sim um desejo burguês de longa data, e que tem pouca chance de ser realizado sem grandes mudanças e riscos no contexto sócio-econômico vigente (MATTICK, 2021e, negrito nossos).

A partir desse trecho, podemos perceber que Mattick confunde a base social da maioria dos indivíduos envolvidos no processo revolucionário com o caráter político que ela implica. Logo, se grande parte dos indivíduos mobilizados na revolução foram camponeses, então a revolução teve caráter camponês. O caráter político e histórico de um processo revolucionário, no entanto, não se dá pelo número de indivíduos participantes de cada classe, mas sim pelo projeto e reivindicações envolvidas nesse mesmo processo revolucionário. Se aceitarmos essa colocação de Mattick, então a grande revolução francesa de 1789, que foi uma das mais importantes revoluções burguesas europeias, foi uma revolução proletária, já que havia, hegemonicamente, mais trabalhadores do que burgueses. Nesse sentido, acreditamos que se trata de uma ambivalência formal, um deslize, oriundo de uma imprecisão de linguagem, pois o restante do trecho citado, e dos demais textos onde Mattick analisa a experiência russa de 1917, demonstra se tratar de uma revolução burguesa com as especificidades da sociedade russa.

E por fim, o quarto e último limite de Paul Mattick é a sua afirmação de que a determinação fundamental do fracasso da Revolução Russa foi devido à “imaturidade” das condições “objetivas” do país. Aqui, claro, Mattick refere-se a duas questões importantes: (1) o capitalismo incipiente da Rússia, no qual conviviam relações de

produção pré-capitalistas e não-capitalistas, que predominavam sobre as relações de produção capitalistas ainda em desenvolvimento, o que implicava uma maior complexificação da luta de classes, já que combinava classes sociais em decadência e classes em ascensão (VIANA, 2010); (2) a conseqüente guerra civil eclodida pelo processo revolucionário de 1917 convivendo com a extrema crise social e econômica russa, fome generalizada, ocasionada pela I Guerra Mundial, tentativas de invasões de nações estrangeiras, etc.

Em relação à primeira questão, os limites “objetivos” da Rússia em 1917, Mattick desenvolve mais ideias a respeito disso em artigo intitulado “Lenin’s Revolution” (“A Revolução de Lênin”) publicado no ano de 1983, no livro póstumo *Marxism: The Last Refuge of the Bourgeoisie?* (Marxismo: O Último Refúgio da Burguesia?). Mattick (2021i) argumenta que a revolução socialista implica na abolição do trabalho assalariado e na socialização de todos os meios de produção. Para que isso ocorresse seria necessário um capitalismo desenvolvido e um proletariado capaz de determinar o processo de produção social, duas condições que não existiam na Rússia. O capitalismo desenvolvido existia na Europa Ocidental, um lugar do mundo no qual a revolução socialista era concebível. Na situação da Rússia, a possibilidade que esteve ao seu alcance, no momento do seu processo revolucionário em 1917, foi a derrubada do czar e a instituição do domínio burguês. Se, por outro lado, tivesse ocorrido uma revolução socialista na Europa Ocidental, a existência de uma Rússia burguesa seria menos provável.

Sob determinada interpretação de Marx²⁶, Mattick (2021i) complementa que para aquele autor “um capitalismo plenamente desenvolvido era uma pré-condição para uma revolução socialista”. Prosseguindo na interpretação de Marx, Mattick (2021i) não descarta que tal revolução pudesse receber seu ímpeto do exterior, ou seja, de acontecimentos revolucionários em nações menos desenvolvidas. A questão é que para Marx (MATTICK 2021i) o “caráter da revolução internacional como um todo estaria determinado pelas nações capitalistas avançadas”. Assim, ao não se estender para o Ocidente e reduzindo-se ao isolamento, a Revolução Russa não poderia alcançar uma sociedade socialista, mas apenas uma forma de capitalismo de Estado dirigido por um governo autoritário do partido bolchevique. Deste modo, sublinha-se que, para Mattick, seguindo o pensamento de Marx, as condições “objetivas” da Rússia eram referentes ao

²⁶ Deixaremos a análise da interpretação de Marx por Mattick para outro momento, visto que essa discussão foge um pouco do tema do artigo e exigiria de nós uma discussão aprofundada que não cabe neste pequeno espaço.

precário desenvolvimento capitalista daquele país. O capitalismo incipiente e o isolamento da Rússia em 1917 levaram ao seu colapso, ou, melhor dizendo, à instauração de uma única alternativa possível: o capitalismo de Estado.

Tal argumentação de Mattick nos leva a criticar a sua análise unilateral, que coloca um “objetivismo econômico” como determinação fundamental, o que é, evidentemente, um engano. A explicação da derrota da Revolução Russa de 1917 só pode ser evidenciada a partir da análise de suas múltiplas determinações, sendo a questão do desenvolvimento incipiente do capitalismo russo um deles, que nem é o único e muito menos a sua determinação fundamental.

Já a segunda questão que trata das adversidades históricas encontradas pelo Partido Bolchevique, elas são uma das determinações do processo da experiência russa, mas longe de ser a fundamental (FERREIRA & TELES, 2021). Claro que Mattick não percebe a questão da mesma maneira que os próprios bolcheviques ou seus apoiadores, mas a questão era outra, como coloca Maurice Brinton:

Nesta altura talvez venha a propósito um comentário acerca da atitude dos revolucionários para com “as medidas drásticas” necessárias à salvação da Revolução. Através da história, as massas estiveram sempre preparadas para fazer enormes sacrifícios quando sentiam que estava em jogo qualquer coisa de fundamental. *O verdadeiro problema não é, contudo, discutir se esta ou aquela medida foi ou não “demasiado drástica”. O problema é o de saber de quem proveio a decisão.* Foi tomada por instituições controladas pela base ou foi tomada por algum *organismo automeado e que se autoperpetua divorciado das massas?* Os membros do Partido opostos às medidas propostas nessa altura viram-se numa contradição insolúvel. Denunciaram a política dos chefes do Partido sem realmente *entenderem até que ponto as suas concepções organizativas tinham contribuído para o que estava a acontecer à Revolução.* Só alguns membros da Oposição Operária de 1921 (até certo ponto) e o Grupo de Operários de Myasnikov de 1922 (em maior grau) começaram a aperceber-se da nova realidade (BRINTON, 1975, p. 144, grifos nossos).

Em síntese, estas são as principais questões na análise de Paul Mattick sobre o bolchevismo. Em que pese suas contradições e limites, Mattick foi um dos poucos revolucionários a perceber e denunciar, com maestria e coragem, o processo contrarrevolucionário que assolava o mundo após a derrocada do proletariado na intensificação da luta de classes no início do século XX, cuja prática e ideologia bolcheviques contribuíram para a derrota da revolução.

Considerações Finais

Ao chegar no final desse balanço, devemos destacar que não esgotamos e não tivemos como intenção a discussão exaustiva de todos os elementos críticos de Paul Mattick ao bolchevismo (e seus desdobramentos ideológicos: Lênin, Trotsky, Stalin,

etc.). Há outros aspectos importantes que deixamos de lado, como a consideração de Mattick a respeito das divergências entre Lênin e Rosa Luxemburgo, a crítica da influência do bolchevismo nas experiências ditas “socialistas” nos países de capitalismo subordinado após a II Guerra Mundial, a análise das semelhanças entre fascismo e bolchevismo, a explicação mais aprofundada de Mattick sobre o desenvolvimento do capitalismo de estado na URSS ao longo de sua história, etc. Tal percurso é amplo e mereceria outros textos.

No entanto, no presente texto, esboçamos um ponto de partida, importante, buscando compreender melhor um dos mais notáveis teóricos do marxismo, sem cair em um elogio acrítico às suas proposições e análises. Nesse sentido, acreditamos ter cumprido o objetivo de nosso itinerário e nos somamos àqueles que buscaram sempre desenvolver, divulgar ou refletir sobre a teoria revolucionária. Se é certo, como bem disse Sartre, que o marxismo é a teoria revolucionária de nossos tempos, então o marxismo só será superado quando a sociedade capitalista for superada. Por esse ângulo, a obra de Mattick, por se vincular ao marxismo e contribuir com o seu desenvolvimento, demonstrou radicalidade – se por radical entende-se alcançar a coisa pela raiz (MARX, 2021), ir ao fundamento do fenômeno. O que resta é a superação da prática política do bolchevismo e esta só será superada quando o capitalismo for superado!

Referências

- AUTHIER, Denis (org.). *A Esquerda Alemã (1918-1921). “Doença Infantil ou Revolução?”*. Porto, Afrontamento, 1975.
- BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário. 1917-1921*. Edições Afrontamento, Porto: 1975.
- CORVO, Fredo. O G.I.C. e a economia do período de transição. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2021/06/11/o-g-i-c-e-a-economia-do-periodo-de-transicao-fredo-corvo/> Acesso em: 09/08/2021.
- DA SILVA, Rubens Vinícius. *Marx e os Partidos Políticos*. In: ALMEIDA, Matheus; DA SILVA, Rubens Vinícius; VIANA, Nildo. *Marx: Estado, Partidos e Sindicatos*. Goiânia: Edições Redelp, 2021.
- FERREIRA, Aline & TELES, Gabriel. *Lênin: Burocracia e Ideologia*. Goiânia: Edições Redelp, 2021.
- GORTER, Herman. *Carta aberta ao Companheiro Lênin*. In: *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- HÁJEK, M. *A bolchevização dos partidos comunistas*. In: HOBBSAWM, E. (org.), *História do marxismo. Marxismo na época da Terceira Internacional: Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

- LABRIOLA, Antonio. *La Concepción Materialista de la História*. Madrid: Editorial 7, 1979.
- LENIN, Vladimir. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos vol. 2 (1914-1918)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- MAKHAISKY, Jan Waclaw. *O Socialismo de Estado*. In: *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- MARX, Karl. Carta de Marx a Arnold Ruge (1843). Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/carta-de-marx-a-arnold-ruge-1843/>. Acesso em: 06/09/2021.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARX, Karl; VIANA, Nildo. *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, O Manifesto Inaugural do Materialismo Histórico*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- MATTICK, Paul. *Integração capitalista e ruptura operária*. Porto: As Regras do Jogo, 1977.
- MATTICK, Paul. A Revolução Bolchevique foi um Fracasso? Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2020/05/05/a-revolucao-bolchevique-foi-um-fracasso-paul-mattick/> Acesso em: 09/08/2021e.
- MATTICK, Paul. As Massas e a Vanguarda. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2020/07/09/as-massas-e-a-vanguarda-paul-mattick/> Acesso em: 10/08/2021d.
- MATTICK, Paul. Bolshevism or Communism: On the Question of a New Communist Party and the “Fourth” International. Disponível em: <http://libcom.org/library/bolshevism-or-communism-united-workers-party-america> Acesso em: 09/08/2021b.
- MATTICK, Paul. Fascismo por todo o mundo ou Revolução Mundial? Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2021/09/23/fascismo-por-todo-o-mundo-ou-revolucao-mundial-paul-mattick/> Acesso em: 23/09/2021h.
- MATTICK, Paul. Introdução a “Comunismo Antibolchevique”. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2020/11/02/introducao-a-comunismo-antibolchevique-paul-mattick/> Acesso em: 10/08/2021g.
- MATTICK, Paul. Introdução à International Council Correspondence (ICC). Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2021/08/08/introducao-paul-mattick/> Acesso em: 09/08/2021a.
- MATTICK, Paul. Lenine e sua Lenda. *Revista Espaço Livre*, v. 11, n. 22, jul. dez./2016.
- MATTICK, Paul. Leninismo ou Marxismo? Uma Introdução. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2020/05/28/leninismo-ou-marxismo-uma-introducao-paul-mattick/> Acesso em: 09/08/2021c.
- MATTICK, Paul. Lenin’s Revolution. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/mattick-paul/1983/reform/ch04.htm> Acesso em: 12/09/2021i.
- MATTICK, Paul. Entrevista a J. J. Lebel. In: PANNEKOEK, Anton. *Conselhos de Trabalhadores*. Curitiba: L-Dopa, 2018a.
- MATTICK, Paul. *Stalinismo e Trotskismo*. In: TELES, Gabriel e VINÍCIUS, Rubens. *Crítica Marxista ao Leninismo*. Curitiba: Editora CRV, 2018b.

- MATTICK, Paul. Trotsky e sua Lenda. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2020/06/18/trotsky-e-sua-lenda-paul-mattick/> Acesso em: 11/08/2021f.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UNB, 1982.
- PANNEKOEK, Anton. *Lenin filósofo*. In: GORTER, Herman; KORSCH, Karl; PANNEKOEK, Anton. *La izquierda comunista germano-holandesa contra Lênin*. Ediciones Espartaco Internacional, 2004.
- PANNEKOEK, Anton. *O Novo Blanquismo*. Disponível em: <https://libcom.org/library/o-novo-blanquismo-anton-pannekoek>, 2017.
- PANNEKOEK, Anton. *Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.
- PANNEKOEK, Anton. *Revolução Mundial e Tática Comunista*. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/revolucao-mundial-e-tatica-comunista-anton-pannekoek/>. Acesso em: 31/08/2021a.
- PANNEKOEK, Anton. *The Party and Class*. Disponível em: <https://www.aap.be/Pages/Pannekoek-en-1941-The-Party-And-Class.html>. Acesso em: 17/09/2021b.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ROTH, Gary. *Marxism in a Lost Century: A Biography of Paul Mattick*. Boston: Brill Editions, 2015.
- RÜHLE, Otto. A Revolução não é uma tarefa de Partido. In: AUTHIER, Denis (org.). *A Esquerda Alemã (1918-1921). "Doença Infantil ou Revolução?"*. Porto, Afrontamento, 1975.
- TELES, Gabriel. *Marxismo Autogestionário e Experiências Revolucionárias*. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: UNESP, 2007.
- VALADAS, Jorge. *A paixão da revolução ou a impossível separação entre pensamento e ação*. In: MATTICK, Paul. *Marx & Keynes: Os Limites da Economia Mista*. Portugal: Antígona, 2010.
- VIANA, Nildo. A Revolução Russa de 1905 e os Conselhos Operários. *Em Debate*, Florianópolis, n. 4, p. 42-58, jan. 2010.
- VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Lisboa: Chiado Books, 2017.
- VIANA, Nildo. Blocos Sociais e Luta de Classes. *Revista Enfrentamento*, v. 09, p. 10-27, 2015.
- VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Editora CRV: Curitiba, 2019.
- VIANA, Nildo. Organizações: Reprodução ou Transformação Social? *Revista Espaço Livre*. V. 11, n. 21, jan. jun./2016.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Brasília: Editora Kiron, 2013.
- VIANA, Nildo. *Sobre a História e Significado do Comunismo de Conselhos*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.
- WAGNER, Helmut. Teses sobre o Bolchevismo. *Revista Marxismo e Autogestão*. V. 01, n. 02, 2014.

Resumo: A presente discussão justifica-se pela quase completa ausência de análises em português sobre Paul Mattick, de modo que este autor, em que pese suas imensas contribuições, permanece ainda hoje marginalizado nos meios políticos. É necessário preencher essa lacuna e a nossa contribuição é uma tentativa nesse sentido. Isto não significa que pretendemos esgotar o pensamento de Mattick. A nossa intenção é explorar um elemento central de seu pensamento, a crítica ao bolchevismo, aspecto que é o principal tema discutido neste ensaio e foco de nossa

análise. Em seguida, faremos uma análise das contribuições desse autor para que assim possamos atualizar nosso entendimento sobre o significado do bolchevismo na atualidade.

Palavras-Chave: Paul Mattick; Bolchevismo; Comunismo de Conselhos.

Abstract: The present discussion is justified by the almost complete absence of analyses in Portuguese on Paul Mattick, so that this author, despite his immense contributions, remains marginalized in political circles even today. It is necessary to fill this gap and our contribution is an attempt to do so. This does not mean that we intend to exhaust Mattick's thought. Our intention is to explore a central element of his thought, the critique of Bolshevism, an aspect that is the main theme discussed in this essay and the focus of our analysis. We will then analyze the contributions of this author in order to update our understanding of the meaning of Bolshevism today.

Keywords: Paul Mattick; Bolshevism; Council Communism.

A AUTOGESTÃO E A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Edmilson Marques*

Introdução

A Revolução dos Cravos já recebeu a atenção de centenas de pesquisadores. Pesquisas diversas apresentaram interpretações distintas, o que demonstra a complexidade daquele fenômeno. O campo de estudo se amplia ainda mais se incluirmos aí os documentários e filmes que já foram produzidos. Um fenômeno histórico tão estudado deixa transparecer não haver nada mais a ser dito. No entanto, uma leitura ampla do que já foi produzido acaba por escapar um conjunto de questões ainda a serem abordadas, e se considerar a perspectiva do método dialético, o número de questões aumentam ainda mais.

No interior deste conjunto de estudos prevalece o foco na ação de militares na efetivação do que ficou conhecido como *Revolução dos Cravos*, como está no título homônimo do livro de Lincoln Secco (2004), ou *Revolução Portuguesa*, como indica também o título do livro de autoria de V. Ermakov e V. Poliakovski (1979). Essa forma de percepção evidencia a descrição, o foco restrito e limitado no processo levado a cabo pelos militares.

Outra concepção que se evidencia em diversas obras, Spínola (1974), Secco (2005), Soares (1976), só para citar alguns exemplos, se restringe a perceber a Revolução Portuguesa como um processo que torna possível uma realidade pautada em relações igualitárias no interior do capitalismo. Aqui o foco recai sobre a necessidade de instauração da democracia burguesa, o que evidencia nesta concepção a grande vitória da Revolução dos Cravos.

Para além das diversas interpretações que poderíamos continuar exemplificando aqui sobre a Revolução Portuguesa, há uma questão que ainda permanece reproduzindo uma confusão em sua abordagem e gerando interpretações com análises superficiais e insuficientes, que diz respeito à efetivação da autogestão naquele fenômeno. Há uma complexidade aqui, pois permanece uma confusão sobre o real significado da autogestão. Alguns confundem a autogestão como um processo organizacional desenvolvido por sindicatos ou ainda por partidos ditos de esquerda. Ou ainda que a autogestão se refere à gestão de uma empresa de propriedade do capital pelos operários, fenômenos esse já revelado por Guillerm e Bourdet (1976) que se trata na verdade da heterogestão.

* Doutor em História/UFG e professor da Universidade Estadual de Goiás/UEG.

Diante deste imbróglio, este texto visa analisar a relação da autogestão com a denominada Revolução dos Cravos. O foco aqui recai sobre o estágio que atingiu a luta operária, analisando o seu processo de constituição no decorrer e após a Revolução dos Cravos. O objetivo é verificar a relação que a autogestão estabeleceu com a revolução portuguesa que nos dê a possibilidade de compreender as suas especificidades, ou seja, a Revolução dos Cravos pode ser considerada um exemplo de manifestação da autogestão? É sobre isso que iremos discutir no texto que segue.

A Autogestão e a Revolução dos Cravos

A autogestão, como já demonstramos em outro lugar¹, é uma forma generalizada de gestão operária. Ou seja, uma forma de organização implantada nos locais de produção, distribuição e em todos os demais setores da sociedade. Esse processo, pressupõe, ao mesmo tempo, a abolição do Estado e do modo de produção capitalista. O pressuposto aqui apresentado já nos indica alguns elementos essenciais para analisar o desencadear dos acontecimentos no 25 de abril e também no pós Revolução dos Cravos.

No decorrer daquele fenômeno o poder estatal apenas mudou de mãos e de forma (das mãos de Marcelo Caetano, que mantinha o regime salazarista, para as mãos dos militares, que iniciaram o processo de implantação da democracia). Esse processo manteve o poder estatal intacto, ou seja, não se configurou como uma revolução operária. Não se pode confundir movimento militar com movimento operário. O primeiro objetiva a perpetuação do estado, já o segundo tem como tarefa abolir o estado e a instauração da autogestão. A manutenção do estado por si só já pressupõe a não instauração da autogestão, já que ambos são incompatíveis. Obviamente que aqui estamos nos referindo a um aspecto específico da Revolução dos Cravos, o aspecto político apresentado pelos militares que integraram a MFA (Movimento das Forças Armadas).

Para além desse elemento específico, importa agora, focar nossas atenções no que aconteceu nos locais de produção, de distribuição e demais setores de Portugal, o que nos possibilitará perceber a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos. Após o 25 de abril de 1974² houve uma ampla adesão de trabalhadores fabris e de outros setores a movimentos grevistas. Várias fábricas e empresas foram ocupadas pelos operários, chegando a criar o que em Portugal foi denominado pelos operários de *comissão de trabalhadores*. Esse processo

¹ Veja Marques (2019).

² Data que demarca a separação do processo de abolição do salazarismo e instauração do regime democrático em Portugal.

ocorreu especificamente entre essa data e março do ano seguinte, como o demonstra Pinto (2016). Até esta data, o que se verifica é a existência da luta operária que se mantinha na fase da espontaneidade e do autonomismo, ou como afirmou Marx, no estado de classe em si, dominada pelo capital. Isso pode ser notado nas constantes manifestações realizadas por operários que objetivavam conseguir o atendimento de determinadas reivindicações. Ou seja, não apresentaram o objetivo de abolir as relações de produção capitalista, mas se limitaram a reivindicações, permitindo ainda ao capital o poder de definir como seriam realizadas.

No jornal o Combate podemos ver uma citação sobre essa posição assumida pelas trabalhadoras de uma fábrica após o 25 de abril de 1974. Vejamos:

no final de maio, as 48 funcionárias dessa fábrica [Sogantal] elegeram uma comissão [de trabalhadoras] e uma delegada sindical que apresentaram ao director francês e ao gerente português o caderno de reivindicações, que consistiam em aumentos salariais e pagamento de alguns subsídios, como 13º salário e férias (Combate, 1974, n. 1. p.1, *apud*, PINTO, 2016).

Como essa reivindicação não foi aceita, as operárias resolveram diminuir a produção. O diretor francês decide fechar a fábrica e logo depois abandoná-la. As operárias tomam conta da unidade produtiva e continua a produzir e vender as mercadorias. Esse elemento é interessante para entender a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos. Na citação acima vimos que essa indústria, e era o caso de outras, mantinha uma íntima relação com organizações sindicais, embora no decorrer dos acontecimentos foram mantendo uma posição de recusa de algumas lideranças. Além disso, no processo de ocupação da fábrica, acaba se submetendo às relações capitalistas, já que produzia e vendia a produção. Outro exemplo, para deixar esse elemento mais claro, está em outra indústria que atuava na produção de algodão. Nesta, houve também a ocupação da fábrica e instauração da auto-organização.

De maneira que começamos então a trabalhar e é claro a fazer o serviço que era preciso, de comprar algodão ou vender a produção. Depois que começamos a vender começamos a atualizar os preços, visto que os preços a que estavam os artigos eram baixos para os artigos bons e altos para os fracos. Tivemos que rever a equiparação de preços, visto que não estavam realmente bem equiparados (Combate, 1975, n. 23, p. 8, *apud*, Pinto, 2016).

Aqui temos dois exemplos claros do que Guillerm e Bourdet (1976) denominaram de cogestão, ou seja, uma forma organizacional que não consiste ainda em autogestão. Assim como apontado por Viana (2020):

se o conselho de fábrica nasce num contexto de radicalização e que se propõe e efetiva a gestão da fábrica, então se aproxima da autogestão, mas por não haver uma total autodeterminação (incluindo decisão sobre meios e fins), por estar envolvido na divisão social do trabalho, subordinado ao mercado

(relações de distribuição capitalistas) e aparato estatal, e seguindo seus parâmetros, então temos um processo de cogestão.

Viana (2020) ressalta ainda que a passagem para a autogestão pressupõe ultrapassar os limites que recai sobre uma unidade de produção isolada. E vê que é justamente essa passagem o grande limite que se impõe ao movimento operário para a realização da revolução.

Outra forma organizacional desenvolvida em Portugal naquele período, por produtores de várias fábricas, se fundamentou na heterogestão. Neste caso, não há a ocupação da fábrica, mas a participação na gestão da mesma para o capitalista. Nesta forma de organização, os trabalhadores não deixam de lutar contra seus exploradores. O problema persiste na forma de luta que estabelecem, ou seja, neste caso muitos setores apontam o objetivo da luta por direitos. Um exemplo pode ilustrar isso. Em outra fábrica, no mesmo período, os trabalhadores de Mabor fazem greve e direcionam suas reivindicações aos patrões. Em um panfleto escrevem:

Hoje temos condições mais favoráveis para impor os nossos direitos, cada vez mais camaradas sabem que é pela luta que os direitos se conquistam, que é sobretudo na luta que descobrimos que são os nossos verdadeiros e os falsos amigos, cada vez entendemos melhor como nos exploram, porque o fazem e como devemos lutar contra isso (Combate, 1974, n. 5, p. 7, apud PINTO, 2016).

No primeiro caso demonstrado acima, vimos que há a ocupação da fábrica, o desenvolvimento da auto-organização, mas permanece a submissão da mesma à divisão social do trabalho estabelecida pelo capitalismo. Neste segundo, o movimento não aponta para a transformação das relações de produção, mas a luta gira em torno da conquista por direitos no interior do capitalismo. Isso pressupõe a permanência do estado e do modo de produção capitalista.

Um terceiro exemplo ainda pode ser apresentado sobre a forma de organização estabelecida pelos operários nos pós Revolução dos Cravos, que nos oferece elementos para entender a questão da autogestão e aquele fenômeno. Esse exemplo, demonstra um certo avanço, já que os operários apresentam o objetivo da revolução socialista. Vejamos o teor de uma publicação que realizaram na época:

Comissão de Trabalhadores para controle da produção e da gestão da Sorefame – CTCPGS

Objetivos:

Atuação desta comissão insere-se no processo revolucionário de transição para um regime socialista que no nosso país se está vivendo. Neste se abolirá a exploração do homem pelo homem e se criarão as condições necessárias para que cada um possa desenvolver as suas qualidades profissionais,

culturais, etc., pondo-as a serviço da comunidade e dela recebendo a justa retribuição, isto é, realizará o princípio: “de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo o seu trabalho”.

Nesta fase revolucionária, a colaboração dos trabalhadores da Sorefame reveste-se de especial importância.

Na realidade, a Sorefame é uma empresa em que o Estado possui capital majoritário. A sua vocação tem sido a de produção de equipamentos para setores-chave da economia nacional. Daqui se conclui a sua importância para a tarefa prioritária de reconstrução da economia nacional.

Esta tarefa não poderá ser concretizada sem a participação generosa e consciente de todos os trabalhadores. Será função da comissão promover e coordenar essa participação.

Como consequência do atrás exposto, incumbe-lhe o seguinte:

1º Colaborar com o Governo Provisório no sentido de garantir a concordância da atuação da administração com as diretrizes por ele definidas.

2º Controlar a gestão da empresa, bem como todo o seu processo de produção, assumindo e coordenando uma atitude de vigilância que se quer contínua e generalizada a todos os trabalhadores, já porque a todos interessa e porque só assim todos serão agentes ativos, e não objeto dum controle que só será eficiente se for total.

3º Atuar, após perfeito conhecimento de causa, com isenção, usando sempre dureza revolucionária perante atuações que, premeditadas ou não, sejam lesivas dos verdadeiros interesses dos trabalhadores e, conseqüentemente, tomadas contra a economia nacional.

4º Promover a colaboração de todos os trabalhadores na reorganização da empresa, interessando-os diretamente no aumento da produtividade e na forma de atingir rapidamente um processo de produção socialista.

5º Não são funções da comissão interferir em assuntos de caráter sindical, como, por exemplo, salários, classificação de pessoal, condições de trabalho, etc.

6º não se pretende que esta comissão substitua as chefias, antes, pelo contrário, é sua função responsabilizar quem não desempenhe com eficiência o cargo para que foi designado (*Apud*, VIANA, 2020).

Logo no início da citação citada acima, publicada pela comissão de trabalhadores da indústria Sorefame, vimos que apontam como objetivo colaborar com o processo revolucionário de transição para um regime socialista. Na sequência enfatizam ser a empresa de capital estatal e que apresenta como tarefa prioritária a reconstrução da economia nacional. Daqui podemos identificar que essa comissão apresenta uma influência do bolchevismo.

A ideia de transição, a manutenção da empresa como capital estatal e a tarefa de reconstruir a economia nacional, está de acordo com os preceitos do capital. Essa posição da comissão de trabalhadores da Sorefame fica ainda mais evidente nos tópicos 01, 05 e 06, onde respectivamente afirmam que buscam colaborar com o Governo Provisório, não interferir nos assuntos sindicais, e subentende não almejar superar as relações de produção capitalistas, com a manutenção do salário e da burocracia, e por fim, se submeter às ordens patronais.

Como foi percebido até aqui, as comissões de trabalhadores que emergiram no decorrer e após a Revolução dos Cravos, representaram uma forma de auto-organização criada pelos operários portugueses. Resta agora, analisar essas posições apresentadas anteriormente, no sentido de compreender o que representa para o movimento revolucionário.

Um ponto a ser destacado é que não houve em Portugal, no decorrer e após a Revolução dos Cravos a instauração da autogestão. Embora isso não tenha acontecido, não resta dúvida que o movimento operário conseguiu avançar para além das lutas espontâneas e atingiram a segunda fase, a das lutas autônomas³. A fase das lutas autônomas não representa ainda a instauração da autogestão, neste caso o que ocorreu em Portugal foi o desenvolvimento de auto-organizações, algumas delas se limitaram à co-gestão, outras à heterogestão.

A complexidade desta questão é decorrente das diversas interpretações existentes sobre o movimento operário português, mais especificamente, aquelas que foram apresentadas pelo autonomismo, presente especificamente no jornal *O Combate*. O autonomismo apresenta um limite para o movimento operário. É uma concepção que gera o reboquismo e apresenta dificuldades para perceber que o avanço para as lutas autogeridas e instauração da autogestão é fundamental. Há nesta forma de perceber o movimento operário português, uma apologia ao autonomismo. A manutenção desta fase, possibilita que a burguesia e a burocracia criem formas contrarrevolucionárias para impedir o avanço revolucionários dos trabalhadores.

Foi justamente a mobilização do autonomismo, a presença do sindicalismo e de outros setores progressistas no interior do movimento operário português, que possibilitou a hegemonia da ala semiproletária do bloco revolucionário em Portugal naquele período. Essa hegemonia foi suficiente para limitar a radicalização do movimento operário. Nesse sentido, a autogestão chegou a ser citada em algumas publicações realizadas por autonomistas, mas tratava-se de um limite que não percebia a existência da co-gestão e da heterogestão. Essas formas de organização do operariado português foi o que esteve presente amplamente em Portugal, principalmente após a Revolução dos Cravos.

Apesar disso, é preciso enfatizar que o movimento operário iniciou o processo revolucionário que poderia chegar à autogestão. A forma organizacional estabelecida em algumas fábricas e empresas pode ser reconhecida como experiência autogestionária, ou seja, como um experimento, uma tentativa, mas que se manteve na fase embrionária. O que essa experiência apontou é que o operariado português tinha uma ampla possibilidade para avançar para formas organizacionais mais radicais, mas não o fez. Com isso, a Revolução dos Cravos

³ Sobre as fases das lutas operárias, ver Jensen (2014).

pode ser entendida como mais um período em que o proletariado experimentou formas de auto-organização, que apontavam para a autogestão.

Considerações finais

A título de conclusão, ressaltamos os pontos principais aqui apresentados de forma breve. Para o propósito desta discussão, aqui consideramos a forma autêntica da autogestão, que diz respeito à autogestão proletária. Esta foi, inclusive, a forma que nos possibilitou analisar a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos. Buscamos verificar a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos. Percebemos que houve realmente uma radicalização do movimento operário que iniciou-se no período da Revolução dos Cravos, mas que se ampliou posteriormente, principalmente entre abril de 1974 e março de 1975. O estudo demonstrou que a autogestão não chegou a ser o ponto de referência para o movimento operário naquele período. Embora tenha sido citado e muitas vezes utilizado como termo para se referir ao que os operários estavam construindo em Portugal, vimos que o termo que mais expressa o que aconteceu foi o de auto-organização.

A questão é que o movimento operário acabou girando em torno da co-gestão e da heterogestão. Não houve a passagem para a terceira fase de sua luta, que seria o momento de instauração da autogestão. E isso aconteceu em decorrência da autolimitação do movimento operário. Este se restringiu à forma de organização que não rompia com o capital. A co-gestão expressa que realmente houve a ocupação de fábricas e a instauração de gestão coletiva dos trabalhadores, mas essa ocupação se manteve no nível da individualidade fabril, sem ultrapassar as fronteiras da própria fábrica. Por conseguinte, a produção foi submetida às determinações do mercado, ou seja, continuou-se a produzir mercadoria para ser vendida no mercado. Em diversas outras empresas, os operários preferiram manter a propriedade privada intacta e instaurar um regime de gestão participativa, o que quer dizer que continuaram gerindo as fábricas para os capitalistas, na forma de heterogestão.

Com isso, o que vimos é que a relação da autogestão com a Revolução dos Cravos não é tão simples como aparenta ser. O movimento operário português demonstrou não atuar de forma homogênea. Suas ações foram distintas e assumiram posições diferentes naquele período. Alguns grupos avançaram mais, atingiram a fase das lutas autônomas, embora não tenham conseguido passar daí. Já outros, mantiveram-se na fase das lutas espontâneas. E nesse contexto a autogestão não foi alcançada. Nas bases da sociedade portuguesa o modo de produção capitalista permaneceu intacto. O que mudou foram algumas formas de se produzir mercadorias

para serem vendidas. Em alguns lugares assumiu a forma de co-gestão, em outras de heterogestão e em outras ainda a forma clássica do capitalista privado.

Apesar dos limites enfrentados pelo movimento operário em Portugal em sua luta pela instauração da autogestão, é inegável que o movimento operário recebeu importantes contribuições. Destacamos, por exemplo, que a radicalização do movimento operário demonstrou ser o ponto fundamental para abolir a sociedade de classes. Outro ainda, que a auto-organização é a forma de autoeducação dos produtores, que ao atingir a sua autonomia tende a se radicalizar. A experiência vivida pelo operariado português, demonstrou ainda que não pode se restringir a buscar a atingir a segunda fase de sua luta. Essa é apenas uma fase que deve ser ultrapassada, e caso isso não aconteça, a tendência é que o capitalismo crie mecanismos, auxiliado pela burocracia estatal e civil, para a reintegração dos operários em sua dinâmica. Em síntese, a autogestão pressupõe a abolição do modo de produção capitalista. E no decorrer e após a Revolução dos Cravos o movimento operário português não o fez. Com isso, deixou uma lição de que diante do capital não se deve pestanejar. Para instaurar a autogestão só há um caminho, a abolição do Estado e do modo de produção capitalista.

Referências

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

JENSEN, Karl. *A Luta Operária e os Limites do Autonomismo*. Revista Marxismo e Autogestão. Ano 1, num. 2, jul./dez. 2014.

MAILER, Phil. *Portugal: A Revolução Impossível?*. Porto: Afrontamento, 1978.

MARQUES, Edmilson. A Experiência Autogestionária no Maio de 1968. In: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo. *Maio de 1968: luta de classes e projeto autogestionário*. Curitiba: CRV, 2019.

MARX, Karl. Prefácio 1ª e 2ª edição de O Capital. In: MARX, Karl. *O Capital*. Vol.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Carta a Annenkov. In: MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. O Método da Economia Política. In: MARX, Karl. *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PINTO, Tales dos Santos. *Gestão Operária na Revolução Portuguesa: auto-organização e hetero-organização no jornal Combate*. Goiânia: UFG, 2016.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. *25 de Abril de 1974: A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SOARES, Mário. *Portugal: que revolução?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SPÍNOLA, Antônio de. *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

V. Ermakov e V. Poliakovski. *Encruzilhadas da Revolução Portuguesa*. Moscovo: Edições Progresso, 1979.

VIANA, Nildo. *As Experiências Autogestionárias*. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2020/01/as-experiencias-autogestionarias.html>. Acesso em 28 de ago. 2022.

**O PINTOR PERUANO JOSÉ SABOGAL E A ARTE MURAL NO PERU,
GARCILASO DE LA VEGA E A REVISTA AMAUTA, DIRIGIDA POR MARIÁTEGUI**

Daniela Gomes Rezende *

O pintor peruano José Sabogal

Após passar de 1913 a 1918 como professor de um colégio de Jujuy, cidade andina da Argentina, participando de grupos de pintura regionalistas, o retorno de José Sabogal (Cajabamba, 19 de março de 1888 – Lima, 15 de dezembro de 1956) ao Peru em 1919 aos 31 anos foi triunfante. Logo após a fundação da ENBA¹, retornando da Argentina via Cuzco, sua primeira exposição em Lima foi um enorme sucesso. A exposição, chamada *Impresiones del Ccoscco*²(sic) foi inicialmente muito bem recebida, tanto pelo público quanto pela crítica, mesmo que a temática andina de suas obras não tenha sido totalmente compreendida.

Cuzco me deslumbrou com a sugestão de seu rio sagrado, seu truncado de pedras requintadas com a arquitetura sobreposta dos invasores hispânicos, seus templos cheios de cromatismo e ouro, seus antigos homens do antigo Império Inca; os novos mestres hispânicos com a cadência própria da Colônia e seu estridente e cholo [³] bonachão. Em resumo, senti um Peru de alma pura (SABOGAL 1944, p. 3).

Após esta exposição, a carreira artística de Sabogal teve uma ascensão meteórica: em 1920 ele foi convidado para ser o professor da cadeira de pintura da ENBA e depois, seu diretor, entre 1932 até 1943. Nas décadas seguintes ele se tornaria o pintor peruano de maior sucesso comercial, até pelo menos o final dos anos 50. Mariátegui afirmou que Sabogal foi “o primeiro pintor peruano”. Embora ele não tenha sido o primeiro artista peruano a tratar de temas nacionais⁴, seu interesse pelas figuras e paisagens andinas o fez ser chamado de indigenista, título que ele acolheria com

* Mestranda em História da Arte – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP.

¹ Escola Nacional de Belas Artes do Peru, ENBA

² A exposição foi realizada na Casa Brandes, de Lima, uma loja de instrumentos musicais e as obras que constavam nesta exposição eram as seguintes, de acordo com o Catálogo da Exposição Impresiones del Ccoscco, de 1919

1. Ccoscco payacuna/ 2. Pongo/3. Paucartambomanta/4. Portal de Pizarro/5. Calle de los Claveles
6. Barrio de Carmencca/7. Cuzquena a miss/8. La peineta de Carey/9. Dama del "Qquero"/10. El traje de la abuela/11. La señoracha/12. El tambo (nocturno)/13. Patio de las malvas/14. Casa del Marques Condenado (amanecer)/15. Nubes de verano/16. Solar colonial/17. Cruz velacuy /nocturno) / 18. Chuspi cárcel/19. Chuspi cárcel (amanecer)/20. El señor de la fortaleza/21. Adoración del niño/22. Portal de Pizarro/23. Mayor contribuyense de aldea (humorismo)/24. Cuesta de San Blas/25. Alto de Carmencca 26. "Suacha" (Palomilla)/27. Los viracochas/28. Portal de la compañía (nocturno)/29. Ccorihuaytachina/30. Indio de la Qquena/31. Ccori Calle (matinal)
32. De ceps criolla/33. Carnaval en Tilcara /34. Callejón del Carmen (nocturno sepia) /35. Patio de la Cruz (sepia)/36. Portal de Pizarro (nocturno - carbön) / 37. Rincón de Patio Colonial (ANTROBUS 1997)

³ Do aymara, *chhulu*, significa mestiço, indígena. Aqui a referência de Sabogal é carinhosa, mas a palavra pode ter conotações racistas, dependendo do contexto.

⁴ Outros artistas que também trabalharam com temas andinos antes de Sabogal foram pintores dos séculos XVII e XVIII, a chamada Escola de Cuzco.

orgulho, como veremos depois.

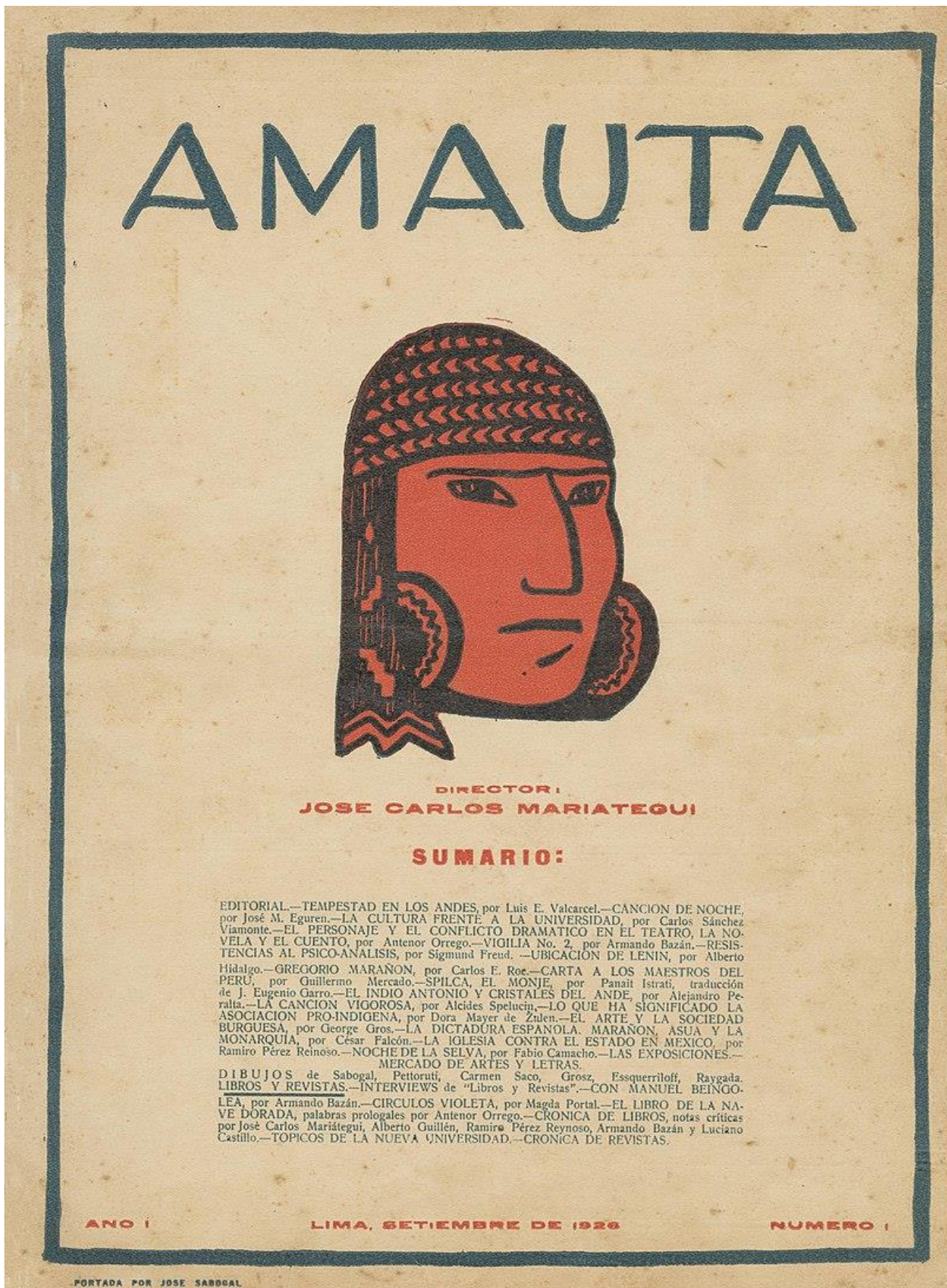


Fig 1: Capa do numero 1 da Revista Amauta, ilustracao de Jose Sabogal, 1926. Fonte: <https://proyectoidis.org/amauta/>

Sabogal e a pintura mural.

Em 1922, o pintor, já estabelecido como professor de pintura da ENBA, viajou para o México logo após seu casamento com María Wiese e após concluir o cenário de Ollanta, uma ópera de temática andina composta por José Maria Valle Riestra. Encontrou Rivera, Orozco e Siqueiros, com os quais conversou bastante sobre desenho, pintura e sobre as técnicas da pintura mural. Neste ano, Rivera estava pintando o Anfiteatro Bolívar na Escuela Nacional Preparatoria. Durante a estadia de 5 meses, Sabogal também aprende xilogravura, interessado no trabalho de José Guadalupe Posada⁵. María Wiese, em suas memórias, recorda da seguinte forma o encontro com Diego Rivera: Diego Rivera o recebe amigavelmente; o artista peruano aprende sobre a técnica do mural. Ele visita as oficinas de seus colegas; nenhum segredo está escondido dele e em seu caderno ele pode escrever as receitas da técnica mural (TAUZIN, 2017. p. 05).

Em 1923, de volta ao Peru, Sabogal propõe realizar um mural do Palacio de Torre Tagle, mas a proposta é recusada pelo governo federal. Depois desta negativa, ele é chamado para pintar afrescos na Igreja de San Carlos, para fazer uma homenagem aos *Próceres*⁶ de la Independência e da Guerra do Pacífico⁷, no curtíssimo prazo de 12 dias. Sabogal pinta então quatro alegorias em estilo neoclássico. Nesta obra, há uma clara referência ao mural do Anfiteatro Bolívar de Rivera. Ele ainda pediu permissão para pintar Atahualpa⁸ em uma capela da catedral de Lima e realizar um mural em Cajamarca, mas não obteve resposta positiva (TAUZIN 2017). O governo da época parecia não ter interesse no desenvolvimento da pintura mural.

O pintor peruano escreveu também um texto sobre Arte Mural: Pintura Mural y Arequipa Arquitectônica, onde afirma:

é essencial explicar que qualquer parede pode ser pintada com quaisquer elementos pictóricos que se deseje, mas isto será apenas decoração, um adorno trivial. Pintura mural em bom sentido de termo é aquela que tem um conteúdo social, uma aspiração concreta do nosso

⁵ José Guadalupe Posada (2 de fevereiro de 1852 - 20 de janeiro de 1913) foi um gravurista mexicano. Crítico ferrenho do governo de Porfirio Díaz, seu trabalho era bastante ácido e influenciou muitos artistas e cartunistas latino-americanos posteriores. Desenhou diversas calaveras (esqueletos) junto a crânios e ossos, e a mais conhecida delas e *Calavera Katrina*

⁶ Os *Próceres de la Independência* são os Heróis da Independência. No caso do Peru, estão entre eles Andrés Bolognesi, Túpac Amaru 1763 – 1786, sobrinho de José Gabriel Condorcanqui Noguera, o Tupac Amaru II e José de San Martín, uma das figuras mais importantes da Independência Espanhola junto a Simón Bolívar.

⁷ A Guerra do Pacífico (1879 -1883) foi uma disputa entre o Chile e as forças conjuntas da Bolívia e do Peru no qual os dois últimos países perderam seus territórios. O Chile anexou a província de Região de Tarapacá do Peru e a Bolívia perdeu a província de Antofagasta, ficando sem uma saída soberana para o mar. A saída soberana para o mar da Bolívia foi assegurada pela Constituição de Simon Bolivar e até hoje é discutido entre ambos os países, sem que a Bolívia tenha tido este direito assegurado.

⁸ Garcilaso de La Vega menciona Atahualpa em seus *Comentarios Reales*. Atahualpa (1502- 1533) foi o último imperador inca do Tahuantinsuyu, como era chamado o Império Inca. Conquistou o Império Inca cinco anos antes da Conquista Espanhola, depois de derrotar seu irmão. Se tornaria rei na seção norte do Império Inca e seu meio- irmão Huáscar, receberia a seção do sul.

descobrimto artístico" (SABOGAL 1944).

Sabogal tinha bastante interesse na pintura mural e compreendia seu significado político, de denúncia social – ele lamentou a ausência de um movimento mural em seu país

Voltei ao Peru, cheio de esperança e resolução, e conseguimos intensificar a cruzada plástica e alcançamos sua sequência correspondente, o ataque inflamado à pintura feia, com o indigenismo. Mas nós só continuamos pintando e se hoje não tivermos a oportunidade de nos expressar em grande escala, na pintura mural, na que vem diretamente para a cidade, não será porque não somos tecnicamente capazes de empreender isso; é porque ainda não produzimos o clima necessário para essa expressão máxima de pintura.

Apesar de nosso trabalho pictórico até não estar presente nos muros, apesar de serem muito pouco distribuídas as produções dos artistas devido à falta de revistas, apesar de tudo isso, nas Américas eles reconhecem dois movimentos da Arte Moderna: o vigoroso do México e este nosso, silencioso, mas intenso movimento plástico peruano, no qual tenho muita responsabilidade. Se esse movimento, lento, combatido, vem para abrir mais e chega às representações mural em afresco, será possível que com o tempo se cristalice o apelido de Escola Peruana. (SABOGAL 1944, p. 6).

Aqui vemos como Sabogal dá grande importância à pintura mural, quando afirma que a arte moderna do México, ou seja, o Muralismo Mexicano era importante – ele também lamenta a ausência da divulgação de material sobre Arte Mural no Peru, afirmando, ao final, que a Arte Peruana só alcançaria relevância se a arte mural fosse incluída, algo que não aconteceu naquele momento.

Poucas obras murais foram realizadas no Peru, pois as tentativas de Sabogal e de outros artistas não tiveram interesse por parte do governo como no caso do muralismo mexicano. Assim o muralismo peruano se desenvolveu de modo mais esparso e um número reduzido de obras foi realizado – a maior parte eram obras em residências, e muito poucas em edifícios públicos, com a exceção notável do Edifício Javier Alzamora Valdez, construído para ser o *Ministério de Educación Pública*, que atualmente abriga a *Corte Superior de Justicia* de Lima. Nenhuma destas obras era de Sabogal, que realizou apenas algumas obras murais; as últimas obras deste tipo deste artista foram realizadas em 1956, no bar do Hotel Maury. São três obras de pequenas dimensões, pintadas a óleo e permanecem no mesmo local: *La Serenata*, *Lima Antigua*, e *La Marinera*, no bar do Hotel Maury (fig. 2). O estado de conservação das pinturas não parece ser muito bom, pois principalmente *La Serenata* tem cores bastante acinzentadas e pouco nítidas, o que indica uma possível camada de pó sobre elas, sem limpeza adequada à obras deste valor pictórico.



Fig. 2 José Sabogal, La Serenata, Lima Antigua, e La Marinera, no bar do Hotel Maury, Lima, 1956. Fonte: Unesco Peru

https://www.facebook.com/oficinaunescolima/photos/a.2561155710599875/2561156277266485/?paipv=0&eav=AfaKSnPEPrIGo5H4gXe9w59m_uC-6-eEckAnoxTNeblea003UqT8c_f4gE57QwdORPQ&_rdr

Em 1945 Sabogal realiza quatro afrescos no Hotel de Turistas de Cuzco, logo após sua demissão forçada do cargo de diretor da ENBA; durante sua permanência como diretor, Sabogal promoveu diversas mudanças de ensino, saindo do modelo acadêmico francês com a introdução de estilos de vanguarda, mas sempre com as temáticas andinas. Sabogal como professor e diretor da ENBA tornou o indigenismo algo bastante heterodoxo, não incentivando outros estilos como o cubismo, o expressionismo ou o surrealismo. Assim, o Indigenismo acaba sendo hostilizado pelos estudantes e Sabogal é obrigado a deixar o cargo de diretor em 1943. Ricardo Grau é um dos estudantes da ENBA que hostiliza o Indigenismo de Sabogal, e que mais tarde irá também ser diretor da instituição.



Figura 3: José Sabogal, afresco *Garcilaso de La Vega*, Hotel Cuzco, Cuzco, Peru. Fonte: (SCHREFFL 2010)

O Hotel Cuzco era administrado pelo governo e se localizava na cidade andina que era o centro do Império Inca antes da Conquista. Os quatro trabalhos realizados no Hotel de Turistas de Cuzco são as obras murais mais importantes de Sabogal: os afrescos *Garcilaso de La Vega* (Fig. 3) *Manco Capac y Mama Oclio*, o retrato do Conquistador Francisco de Carvajal e um painel menor, *Figuras Incas com Kero*, de características estilísticas e pictóricas bem diferentes dos anteriores, e que está localizado sobre a porta lateral do hotel.

Os afrescos de Sabogal aparecem nas paredes norte e leste das galerias em torno do pátio térreo do hotel. Os três painéis são distribuídos por todo este amplo espaço arquitetônico, e como resultado o ciclo não é visível em sua totalidade a partir de qualquer lugar. Em vez disso, ele opera como um tríptico separado, convidando o espectador a considerar as relações que ligam os painéis um para o outro como ele ou ela encontrá-los no 'Salón Garcilaso', o quarto na extremidade norte do pátio, e o salão adjacente sem nome em seu lado leste. (SCHREFFL 2010, p. 4).

Cuzco era a cidade onde nasceu Inca Garcilaso de La Vega, que é retratado em um dos murais de Sabogal. Inca Garcilaso de La Vega, também chamado El Inca (Cuzco, 1539 - Córdoba, 1616) foi um escritor peruano de descendência espanhola e inca. Nascido Gómez Suárez de Figueroa, era filho do conquistador espanhol Sebastián Garcilaso de la Vega e da princesa inca Isabel Chimpu Ocllo. Cronista durante o período colonial da história peruana, seu trabalho mais significativo é *Comentários Reales de los Incas* e considerado o primeiro texto de literatura latino-americana em espanhol. Este livro foi publicado pela coroa espanhola, mas vetado após a revolta iniciada por Tupac Amaru II de 4 de novembro de 1780 – a Coroa acreditava que o texto poderia incitar uma nova insurreição. Um artigo do jornal cusquenho *El Comercio*, é publicado em 26 de outubro de 1945, enquanto o artista estava executando os murais. Quem assina o texto é o historiador José Gabriel Cosío, que descreve Garcilaso como “*nuostro insigne paisano*” (nosso distinto compatriota) e “*el ilustre mestizo*” (o ilustre mestiço),

conclamando pelo reconhecimento do cronista espanhol, com a publicação de edições acessíveis dos “*Comentarios Reales*”, a aquisição da casa onde ele nasceu em Cuzco e com o pedido de que fosse erguido um monumento a El Inca na Plaza del Regocijo, próxima ao Hotel Cuzco (SCHREFFL 2010).

O segundo afresco é um retrato de Francisco de Carvajal, outro espanhol que figura proeminentemente na Parte Dois dos *Comentarios Reales*. Carvajal, veterano das batalhas européias que participou da conquista de Cuzco e foi nomeado um marechal de campo sob Gonzalo Pizarro, irmão do conquistador do Peru, Francisco Pizarro. Carvajal também é identificado em sua última linha pelo apelido ' *El Demonio de los Andes*'. Esta imagem de Carvajal como um herói nacional e mártir fez dele um símbolo ideal para a herança espanhola no Hotel Cuzco.

O terceiro afresco é uma representação de Manco Capac e Mama Ocllo Huaco, lendários personagens da história inca da fundação da cidade de Cuzco. Estes personagens eram os 'filhos do Sol', de acordo com o povo inca. Na crônica de Garcilaso que conta a história dessas figuras originárias, elas foram enviadas pelo Sol ao Lago Titicaca. A esfera laranja do sol em uma massa elevada de terra que pode se referir à Ilha do Sol no Lago Titicaca, o ponto de onde eles começaram sua jornada e o lugar onde eles finalmente se estabeleceram, entrando na terra no morro de Huanacauri. O último painel “Figuras Incas com Kero” representa a antiga taça de argila Inca, o Kero, onde se bebia a *chicha*, a bebida de milho fermentado.

Garcilaso de La Vega será retratado por Sabogal em outras ocasiões; pelo menos 6 vezes, em três suportes distintos: uma xilogravura, o afresco que mencionamos acima e três óleos do final dos anos 40 - um destes óleos se tornou a representação mais conhecida de Garcilaso. As três pinturas pertencem aos herdeiros de José Sabogal. Antes de realizar a representação mais conhecida de Garcilaso, Sabogal realiza dois outros óleos. Estes são quase do mesmo tamanho, retangulares, enquanto a mais conhecida tem formato quadrado;

A cor de fundo ocre, remete a terra; isto faz dos Incas um homem do seu *terroir*. No óleo sobre madeira, o fundo não é uniforme: três formas geométricas são distinguidas como heranças pré-hispânicas, imitação dos símbolos pintados nos meios. O rosto do primeiro Garcilaso está de perfil, com lábios invisíveis, emoldurados pelo bigode e uma barba. O olho de amêndoa que realça uma sombra colorida de adobe está localizado no centro da pintura; atrai o olho, mas mal dá vida a essa figura fantasmagórica, com uma boca fechada e vestido anacrônico (...) Na segunda pintura a óleo de Garcilaso, com fundo de ocre uniforme, o olhar azul harmoniza com a laranja complementar que ilumina completamente uma metade do cronista, enquanto a outra de perfil permanece na cor marrom e sombria. O rosto está de frente para o espectador, com um olhar destemido. A barba foi reduzida a uma mancha de sombra no pescoço, enquanto a Inca usa uma camisa azul que combina com o olhar ultramarino. Sabogal introduz o recurso de assimetria no rosto (olho, bigode, barba, nariz, orelha), que levará ao paroxismo no terceiro óleo. Na terceira pintura frequentemente reproduzida, o retrato do inca é de meia estatura. Com magnanimidade, se observa a figura oval que o espectador identifica como El Inca, pelo título da tela. No lado esquerdo, o rosto tem uma barba como usada pelos espanhóis, um olho em forma de amêndoa e uma pele pálida; a outra metade do rosto é barbuda, com o olho igualmente apertado e o ocre de pele, escurecido contra a luz. Essa assimetria surpreende, mas não é assustadora. (...) O rosto é cortado como no outro óleo por uma linha quebrada que guia o olhar e separa verticalmente a pintura desenhando uma linha divisória. A fragmentação do rosto não atinge a desintegração das pinturas de Picasso. Sabogal mantém uma intensa unidade nesta composição triangular graças às linhas que se confundem com as de ambas as mãos, e essas

linhas paralelas às bordas da pintura focam o olhar para os olhos do "primeiro peruano". (TAUZIN 2017, p. 10).



Figura 4: José Sabogal, *Garcilaso de La Vega*, óleo sobre tela, 80x80 cm, 1949. Fonte: (TAUZIN 2017)

O primeiro peruano é Garcilaso, “filho do conquistador espanhol Sebastián Garcilaso de la Vega e da princesa inca Isabel Chimpu Ocllo”, uma mistura, o primeiro mestiço. Sobre o cronista espanhol, Sabogal escreveu:

Garcilaso de la Vega, inca pela linhagem imperial de seus antepassados indianos, em tí convergem as veias culturais do arcaico Tahuantinsuyu⁹) e da antiga e lendária Ibéria... Filho do viril guerreiro hispânico e da terna princesa inca, você é o protótipo do novo homem peruano. (SABOGAL 1928).

⁹ *Tahuantinsuyu*, como era chamado a reunião dos quatro estados-reinos ou *suyos* que formavam o Império Inca.

Mariátegui também se refere a Garcilaso de La Veja como historicamente, o primeiro "peruano". Para ambos, Garcilaso é mais inca que conquistador, mais quéchua do que espanhol, “enfazando sua ‘indianidade’ e minimizando sua hispanidade”. Já Carvajal seria um herói protonacionalista que, ao contrário de muitos de seus companheiros conquistadores, era rebelde ao invés de servir o rei da Espanha. Seria uma personalidade mestiça – uma personificação da cultura espanhola que, paradoxalmente, ficou em oposição à "monarquia" e ao "feudalismo" que os indigenistas associaram com os conquistadores e em que viram as raízes da injustiça social no Peru.

Sabogal, Mariátegui e o indigenismo na pintura

Mariátegui¹⁰ dirigiu a Revista Amauta entre 1926 e 1930. Amauta é uma palavra em quéchua que se refere aos professores, aos mestres no mundo inca. A revista buscava uma identidade nacional através da valorização da herança indígena, que também pode promover a renovação cultural do continente. O subtítulo da revista Amauta era “Revista Mensual de Doctrina, Literatura Arte y Polemica”. Sabogal foi o diretor artístico da revista Amauta, e era seu principal ilustrador – a maioria das capas da revista era de sua autoria (Fig. 3). A revista Amauta foi publicada pela primeira vez em 1926, e Sabogal já defendia a identidade nacional peruana com elementos indígenas desde 1919, em sua primeira exposição.

Para Mariátegui, a formação social do país era a fusão dos elementos indígenas sob o passado colonial, onde a consciência do mestiço deveria ser mais importante que a exaltação da hispanidade. A exaltação do indígena não era um simples exotismo, mas a necessidade de reconhecer que seu papel era tão ou mais importante que o elemento hispânico. O indigenismo de Mariátegui mantinha consciência de suas limitações, pois, como ele próprio definiu, “o indigenismo não é indígena”, e tinha como objetivo superar uma indiferença, uma busca das raízes mestiças e *criollas*, o resultado de um passado colonial. Para ele, uma literatura indígena “virá à seu tempo, quando os próprios indígenas serão capazes de produzir- la”. Mariátegui acreditava que o problema da terra era indissociável do problema do índio, e via a luta contra os abusos do gamonalismo¹¹ possível de ser feita através da luta socialista – ele foi um importante teórico marxista também, além de fundar o Partido Socialista Peruano.

O indigenismo pictórico que Sabogal tinha orgulho em defender, tanto através de suas pinturas com temáticas andinas, quanto como diretor artístico de Amauta não era exatamente uma

¹⁰ Mariátegui foi também o principal fundador do Partido Socialista Peruano (PSP) que ele liderou até sua morte. A criação do Partido Socialista Peruano está vinculada também a fundação da APRA (Aliança Revolucionária Popular Americana). Seu livro mais importante é *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, uma história econômica do Peru sob a perspectiva do materialismo histórico

¹¹ O gamonal era um sistema de características feudal e servidão indígena que predominava no regime econômico e social da imensa maioria dos latifúndios andinos

discussão que começou na década de 20 ou com a revista Amauta. O indigenismo já existia na literatura peruana pelo menos desde os anos 1850 – o livro de Clorinda Matto de Turner¹², *Aves Sin Nido* (Aves sem ninho), publicado em 1889 fazia parte de uma tendência indigenista na literatura existente não apenas no Peru como em outros países andinos e da América Latina. Após a década de 20, o importante pensador peruano Gonzalez Prada¹³ passa a legitimar o indígena como o elemento nacional mais importante, o que será adotado por Mariátegui e depois por Sabogal.

As idéias indigenistas eram bastantes discutidas no meio intelectual da época: além do grupo de Mariátegui, havia ainda duas correntes importantes, uma hispanista – formada por jovens membros da oligarquia dominante que afirmavam que a herança hispânica era mais importante – e outra ainda mais radical que Mariátegui, que também o criticava. Esta corrente era formada pelo grupo Orkopata, que dirigia a revista Boletín Titikaka, da cidade andina de Puno. Ambas as publicações – Amauta e Boletín Titikaka – estiveram ativas entre 1926 até 1930 e tinham textos programáticos, ou seja, eram editoriais, manifestos e tinham sessões que discutiam e defendiam um ponto de vista. O Boletín Titikaka foi contemporâneo da Amauta e era dirigida por Arturo Borda e Gamaliel Churata (pseudônimo de Arturo Peralta). Criticava a corrente indigenista que falava da capital, e defendia o ‘andinismo’, contra o indigenismo limenho – em clara crítica à Amauta.

Referências

ALCIBIADES, Mirla. “*Mariátegui, ‘Amauta’ y La Vanguardia Literaria.*” Revista de Crítica Literaria Latinoamericana ano 8, no. 15 (Centro de Estudios Literarios “Antonio Cornejo Polar”- CELACP), 1982: 123–39.

ANTROBUS, Pauline. *Peruvian Art Of The Patria Nueva, 1919-1930*. Essex: Tese De Phd Departamento de Historia e Teoria da Arte. University of Essex., 1997.

BUSTAMANTE, Cecilia. “*Intelectuales peruanas de la generación de José Carlos Mariátegui.*” NS, NorthSouth , 1982, Vol. 7, No. 13 (1982), (Canadian Association of Latin American Studies), 1982: 111-26.

CANSECO, Bentín Diez. *Enrique Seone Ros: Una búsqueda de raíces peruanas*. Lima: Índice Editores

¹² Matto de Turner participou do Círculo Literário, fundado por Gonzalez Prada (ver nota a seguir)

¹³ Manuel Gonzales Prada (1884-1918) é um importante escritor e intelectual peruano, que influenciou fortemente Mariátegui, pelo menos em sua juventude. Escritor rebelde, anarquista e anticlerical, criticava a herança colonial e já denunciava a opressão vivida pelos indígenas. Gonzalez Prada influenciou dois jovens que teriam papel importante na política peruana: Jose Carlos Mariátegui e Víctor Raúl Haya de la Torre (1895-1979). Mariátegui e Haya de La Torre conviveram na associação que fundaria a APRA (Alianza Popular Revolucionária Americana) , que inicialmente era uma seção da Internacional Socialista. Ambos são exilados durante o regime de Leguía. Antes do exílio, Haya de La Torre era um líder estudantil e havia criado a Universidade Popular, onde os universitários davam aulas aos trabalhadores. No México trabalha como secretário particular de José Vasconcelos, o Ministro da Educação mexicano e mentor intelectual do Muralismo Mexicano. Mariátegui viaja para a Europa, e ao retornar, funda a revista Amauta. Quando Haya de La Torre decide tornar a APRA um partido político, contrariando a decisão de Internacional Comunista, Mariátegui se afasta e funda o Partido Socialista Peruano.

Asociados, 1989.

DA COSTA, Emília Viotti (org.), e Jose Luís RÉNIQUE. *A Revolução Peruana*. São Paulo, Brasil: Editora da UNESP, 2010. São Paulo, Brasil: Editora da UNESP, 2010.

LIMA, Paolo de, and Victoria Guerrero Peirano. “*José María Arguedas En La Plástica Peruana Contemporánea (1980-2011)*.” *Guaraguao* 15, no. 37 (2011): 9–32. <http://www.jstor.org/stable/41308679>. “José María Arguedas en la plástica peruana contemporánea (1980-2011).” *Guaraguao* 15, No. 37 (El Centro de Estudios y Cooperación para América Latina (CECAL)), 2011: pp. 9-32.

SABOGAL, José. *A Garcilaso de la Vega en el IV centenario de su nacimiento. Homenaje*. in Prado, ed., *Obras literarias*, 1.

SABOGAL, Jose. “*Pintura Mural y Arequipa arquitectônica*. Conferencia.” 1944.

SCHREFFL, Michael J. e WELTON, Jessica. “*Garcilaso de la Vega and the ‘New Peruvian Man’*: José Sabogal’s frescoes at the Hotel Cuzco.” *Art History* volum 33, 2010: pp. 124 - 149.

TAUZIN, Isabelle. “Representaciones del Inca Garcilaso de la Vega por José Sabogal.” *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana* 43, no. 85 (Centro de Estudios Literarios "Antonio Cornejo Polar" (Centro de Estudios Literarios "Antonio Cornejo Polar"-), 2017: pp. 429-43.

TORRES, Fernando Villegas. “Conferencia "José Sabogal, el arte popular y la pintura mural en el Perú. Hacia una visión comparativa con México".” <http://www.esteticas.unam.mx/conferencia-jose-sabogal>. 2019. <http://www.esteticas.unam.mx/conferencia-jose-sabogal>.

Resumo: O presente artigo trata de apresentar o pintor peruano José Sabogal (1888-1956), pouco conhecido no Brasil. Este pintor, ao tomar contato com o Muralismo Mexicano, considera a arte mural de grande importância, porém não conseguiu realizar obras murais importantes, pelas razões que veremos no texto. Analisaremos brevemente uma de suas poucas obras murais, retratando Garcilaso de La Vega. Garcilazo, um cronista dos tempos coloniais, retorna nas obras de Sabogal diversas vezes. A seguir, tratamos de sua relação com o intelectual marxista Mariátegui e discutimos o que é o indigenismo pictórico de Sabogal, que defendia a valorização do elemento indígena em relação ao hispânico.

Abstract: This article presents the Peruvian painter José Sabogal (1888-1956), little known in Brazil. This painter, upon coming into contact with Mexican Muralism, considers mural art to be of great importance, but he was unable to create important mural works, for reasons that we will see in the text. We will briefly analyze one of his few mural works, portraying Garcilaso de La Vega. Garcilazo, a chronicler of colonial times, returns to Sabogal's works several times. Next, we deal with his relationship with the Marxist intellectual Mariátegui and discuss what is Sabogal's pictorial indigenism, which defended the appreciation of the indigenous element in relation to the Hispanic.

MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016. 270p.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AUTOGESTIONADAS E AUTÔNOMAS NO CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES

Marco Aurelio Barbosa*

O autor do livro, Lucas Maia, é professor no Instituto Federal de Goiás (IFG), tendo produzido diversas obras no campo dos debates marxistas que versam sobre a organização das classes sociais, questões epistêmicas relativas à obra de Marx, formas de organização política, bem como, sobre a autogestão, entre outros.

Neste caso, a autogestão tem a ver com a capacidade de organização autônoma, promovidas pelos sujeitos, sem ação ou interferência externas, antes, diluída na mobilização espontânea, apartidária, autônoma e horizontal entre os trabalhadores.

Aqui apresentada em, “Nem partidos, nem sindicatos: reemergência das lutas autônomas no Brasil”, coletânea de artigos produzidos por Maia em diversos momentos de sua trajetória intelectual, conferida à obra em questão.

A coletânea se acha dividida em nove partes, que contam com a Introdução, onde o autor faz uma explanação sobre a experiência em relação aos movimentos de autogestão, bem como, reflexões teóricas sobre as forma de organização autônoma, seguidos por quatro capítulos intitulados respectivamente, “Autônomo, Independente, Horizontal..”; Para Além dos Protestos; Jornadas de Junho de 2013 no Brasil; Experiências de Auto-Organização nas Lutas dos Trabalhadores da Educação, sendo estes fundados em análises empíricas, e os demais, Os Sindicatos: Não Há Que Conquistá-los, Há que Destruí-los; O Significado Político do Comando de Greve; Reflexões Sobre a Organização Revolucionária; sendo que estes últimos possuem um aspecto mais conceitual, por assim dizer.

Dito isto, parece importante salientar que este trabalho não tem por objetivo fazer um resumo escalar de todos os capítulos, conceitos e ideias aqui apresentadas por Maia, antes, o que se pretende é uma leitura que se concentre em pinçar aspectos centrais, apontamentos e alguns conceitos trabalhados pelo autor.

* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná/UFPR.

O autor ao introduzir a sua obra aponta para o discurso ideológico corrente nos anos 90 e posteriormente, apontando o aspecto ideológico desta afirmação, que contém em um certo “vernizinho” teórico, no que se refere ao discurso do “fim da História”, advindo de figuras como Francis Fukuyama¹, no que se opõe a estes, destacando que as lutas sociais acabam por denunciar “o fim do discurso do fim”, isto é, que o discurso da hegemonia do capitalismo é apenas um simulacro, uma vez que as questões e lutas sociais não se esvaziaram, encontraram sim, outras expressões dentre as quais a autogestão, que se coloca como lume, e que se fará presente durante toda a obra.

Desta feita, destaca-se aqui o capítulo intitulado “Autônomo, Independente, Horizontal...”, em que o autor busca conjugar uma análise conceitual, amarrada a elementos contextuais, para trabalhar a questão dos sindicatos, seus problemas e vícios, assim como, de instituições análogas, no qual vai apontando para os conceitos, que emprestam seu nome ao ensaio proposto por Maia.

Assim a grosso modo, contextualiza-os com base em experiências, nas quais o pesquisador se fez presente, não deixando de salientar os problemas da lógica capitalista embutidas nas formas instituídas e estatuídas dentro das representações de classe, como é o caso da burocracia estatal. Estes elementos presentes nesta obra aludem a outro trabalho do autor, “As classes sociais em O Capital²” (2020), onde a exemplo de Marx³ (1997) em o 18 de Brumário, procura compreender como as diferentes frações da burguesia se organizam, nesta obra de Karl Marx.

Um olhar mais detido, nesta obra de Marx em particular acaba por ressaltar elementos que animam e destacam a burocracia – e por sua vez os burocratas – como uma classe social, que se distingue da burguesia e da classe proletária, embora imiscuído nestas, orientam suas ações e seus impactos de modo a impor relações, meios de controle das relações sociais na amplitude das estruturas administrativas ligadas ao Estado, ao setor privado e aos órgãos de representação de classes entre outros, sobretudo, naquilo que se refere as diversas frações da classe trabalhadora.

Entretanto, aqui mais que compreender este jogo, busca trabalhar os conceitos de frações de classe, autogestão, auto-organização, apartidarismo, entre outros, conjugando estes

1 FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

2 MAIA, Lucas. **As classes sociais em O Capital**. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

3 MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

elementos teóricos e empíricos, que de forma geral aparecem de maneira lúdica na análise das lutas do passe livre e a revolta dos 20 centavos em 2013.

Ao focar nestes eventos, observa a formação de estruturas e forças sociais que operam nas relações destes sujeitos, com movimentos espontâneos ocorrendo de forma quase simultânea em várias regiões do país, como em Salvador, Bahia e Florianópolis em Santa Catarina, sua durabilidade, uma vez que estes movimentos ocorrem e se espraiam por um período mais ou menos longo de tempo que tem como início o Movimento Passe Livre, fundado em 2005 chegando às Jornadas de Junho de 2013. Este movimento que vai se resignificando ao longo deste período, bem como, adquire certa complexidade, fato que torna esta análise, certa forma confusa, dado ao grau de informações ali expostas. É necessário notar que mesmo o autor, observa que esta reflexão se construiu no calor do movimento, existindo aí segundo o autor alguns problemas relativos a possíveis imprecisões e questões que só mais tarde pode então observar relativos ao distanciamento histórico.

Contudo, ao republicá-lo na obra aqui debatida, procurou manter o artigo como estava, admitindo a existência de certas imprecisões, fato que não descaracteriza a importância do estudo.

Por outro lado, Maia deixa bem claro que longe de manter certo afastamento destes eventos, se preocupa em produzir uma leitura e conceitos mobilizantes, pois, as palavras e conceito não são apenas, “formas vazias” antes, estão eivadas de significações e ideologias que precisam ser pensadas e combatidas.

Isto, nos dá a oportunidade de compreender a existência e a dificuldade de se fazer uma leitura teórica e ao mesmo tempo empírica com objetos em movimento.

Neste sentido, a luta de classes não se restringe apenas aos processos produtivos, mas se expande para todo o conjunto das relações sociais. Partindo desta lógica, Maia (2016) amarra a estas questões as transformações ocorridas nos processos de acumulação, que assim como Viana⁴ (2009), percebe nas mudanças destes processos, também mudanças de estratégias tanto das frações da classe burguesa no intuito de impor seus interesses, gerar Mais-valor, quanto das frações do proletariado, com objetivo de resistir e minar as estratégias de classe.

Neste contexto aponta para um agente importante e muitas vezes ocultas em análises mais superficiais, neste caso, as classes subsidiárias, com destaque para a burocracia ou

4 VIANA, N. (2009). **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida, SP: Ideias e Letras.E-book.

burocratas e suas frações. Frações que se constituem em correntes de transmissão dos interesses das classes capitalistas, no que a crítica e a análise do autor apontam para as diferenças e semelhanças das organizações burocráticas e seus representantes, organizados em burocracia estatal, empresarial e sindical.

Partindo destas observações, o autor aponta a facilidade e a permeabilidade da circulação destes indivíduos desta classe em diversos níveis do “universo” burocrático, assim como, seus vezos. Cacoetes estes que se configuram em similitudes com impactos deletérios sobre as lutas sociais, na medida em que sua natureza de controle e organização, nestas implícitas, possuem correspondência umas nas outras. Esta correspondência é o que faz com que estas ajam como um grupo de interesse, frente aos desejos dos coletivos, trabalhando assim, para frear as lutas por mudanças e mesmo por enquadrar dentro desta lógica e neste caso, a lógica capitalista.

A lógica de interesses da classe burguesa se acha embarcada nesta classe, que tem como um de seus constituintes os dirigentes sindicais e análogos, ligados a uma razão una instituída e estatuída, por esta classe que possui íntima ligação com os interesses do capital. Estas frações trabalham de forma conjugada para impor seu controle e seus interesses sobre a classe trabalhadora, evidenciando seu caráter conservador, no que nas palavras do próprio autor pode ser assim resumida:

Estas frações da classe social burocrática falam em nome dos trabalhadores, afirmam que defendem os interesses destes trabalhadores. Contudo, o que a experiência histórica demonstra ao mais desatento dos observadores é que os grupos dirigentes destas instituições acumulam funções, cargos, salários e, portanto, poder, passando a adquirir interesses próprios, distintos dos trabalhadores aos quais afirmam representar (MAIA, 2016, p. 32)

Esta questão aparece de modo, enfático na análise das greves dos Professores de Goiás, estas resultado de um entrave entre os trabalhadores da educação do Estado de Goiás – sejam estes do Ensino Superior, sejam do Ensino Fundamental – e as instituições, sejam elas de classe, como os sindicatos, sejam elas estatais, como as organizações burocráticas do aparelho estatal, que se apresentam como controladoras e impositoras da ordem.

Ao tratar deste tema, o faz principiando a luz dos debates que envolveram os corpos técnicos – administrativos, docentes e discentes na luta pela melhora de condições na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Neste caso particular, que pode ser transposto a outros

contextos e situações, a representação sindical é vista aqui como uma representação fraca, tanto no que diz respeito a organização e pressão para luta por direitos, quanto o seu papel de representação de classe frente ao aparelho estatal, o que faz com esta, devido aos vícios até aqui apontados, ajam de fato como apêndices de quem de fato deveriam combater. Não sem uma causa aparente, mas, em nome de uma autopreservação, que quando percebe que o controle dos comandados lhe escapam entre os dedos.

Procuram se utilizar de estratégias desleais, para assim se conservar o status quo vigente, como por exemplo, manipular o processo de eleição de representantes sindicais, a fim de manter o seu “lugar de poder”.

Contudo, isto terá um efeito rebote, que levará os trabalhadores a cindirem, com estes representantes que representavam interesses próprios. Tautologias à parte, observa-se aí que o movimento, como resposta a este estado de coisas, procura a levar à organização de novas formas de luta. Estas por sua vez acabam por se constituir ou tomar uma forma autônoma e orgânica, uma vez que estes indivíduos percebem o engodo das formas de representação até aquele momento reconhecidas.

Sendo assim, as novas formas de luta não se preocupam com hierarquização, regras instituídas, funções, etc., no que se contrapõe as formas de combate social, até aqui utilizadas. Buscam assim, superar estas formas arcaicas, em nome de algo consensual, autônomo e horizontal, já que as decisões a partir desta constatação, não seriam tomadas por “líder que os conduziria à vitória”, mas, em debates coletivos e em coletivos separados, visando adequar os meios frente a realidade e às dificuldades a serem superadas.

Neste sentido, os trabalhadores conseguiram várias conquistas, inclusive o afastamento do reitor da instituição, muito embora, este movimento vá diluindo aos poucos na medida que os objetivos foram sendo alcançados, certo grupo de indivíduos se manterá fiel as estes princípios, organizando-se em coletivos que se contrapondo ao esvaziamento do movimento, muito comum nestes casos. Assim, acabam por se constituir em núcleos privilegiados para a reelaboração do movimento quando necessário.

Isto se verifica, quando mais à frente, o autor aponta para a greve dos professores da rede municipal de ensino e dos trabalhadores no nível superior, quando estes resistiram não só como movimento social apenas no terreno das ideias, mas, fisicamente aos representantes do braço armado do estado aqui representados pelos policiais e guardas municipais, que via de regra, procuraram desmobilizar o movimento pacífico pelo uso da força, da qual os educadores,

ao contrário do esperado, se colocaram em um processo de resistência não só de mobilização do ponto de vista ideológico, mas, indo às vias de fato contra a força repressiva do Estado.

Neste contexto, denota a tentativa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) de se apropriar e deste modo enquadrar os trabalhadores.

Como resposta a este estado de coisas, os educadores resistirão a esta investida, a qual se configurou também como assédio aos trabalhadores vistos como “líderes”, o que levou a certa frustração do sindicato ao não encontrar o “chefe” do movimento, pois, este em verdade não existia, posto o caráter autogestionário do movimento.

Nesta tentativa de impor seus interesses à categoria, o SINTEGO acabará por perfilar com os representantes do aparelho estatal na tentativa de desmonte do movimento, devido à incapacidade de controlá-lo.

Deste modo, os trabalhadores resistiram vários meses, nesta disputa, alcançando boa parte de seus intentos, entretanto, uma questão se impõe aqui, porque o sindicato agiu como agiu, isto é, de maneira análoga aos representantes da classe burguesa, e ainda, qual motivo os levou a se contrapor aos professores, se aliando a estrutura estatal para sufocar o movimento?

Isto se deve à natureza da divisão entre dirigentes e dirigidos, onde na instituição os “líderes” constroem todas as decisões, sobrando aos comandados a tarefa de “levantar cartões” para “aprovar” as decisões do grupo no poder, não sem uma certa condução para que os eventos ocorram como esperado.

Num segundo momento, o que se vê é que a liderança sindical devido à natureza do seu metiê, acaba por se descolar da base, aburguesando-se no processo, passando a compor parte daquilo que representa a estrutura burocrática. Estrutura esta que lhe servirá como ambiente de inculcação e adesão aos valores capitalistas, devido a natureza do processo, além disto, passam a compor uma “elite” profissional e que devido a esta particularidade tem fácil movimento na rede permeável das estruturas burocráticas, o que lhe dará condições de circular entre os diversos níveis e ambientes das burocracias sindical, empresarial e estatal. Qualidade que dará a estes a ocasião e a possibilidade de cambiar entre estas esferas da estrutura burocrática, condição que o torna mais permeável à lógica capitalista inerente às estruturas burocráticas, residindo neste fato a explicação do porque o sindicato e suas lideranças acabam por se unir às estruturas estatais e empresariais para debelar as greves e impor seu “poder” aos demais.

A lógica burocrática e o seu funcionamento faz com que estes grupos funcionem como gêmeos siameses unidos por apêndices, compondo por assim dizer um corpo comum.

Sendo assim, o que se observa como um dos elementos principais desta obra é a oposição e o embate entre as formas de luta burocratizadas e as formas de luta autônomas.

Posto que ao analisar este quadro se vê grupos se constituindo, com certos limites grupos quase que diametralmente opostos em um mesmo campo, dado o fato de que os sindicatos, como apontado em diversas passagens da obra, passaram ao longo do tempo de representante das classes trabalhadoras a representante de interesses próprios, burocráticos e burgueses.

Aderindo a esses interesses e as lógicas burguesas, os sindicatos burilam posições comuns às frações burocráticas, revelando o seu caráter conservador, assim como de corrente de tração e linha auxiliar das frações da classe burguesa, tornando-se ele mesmo e seu representante. Ao longo deste processo é se torna parte importante de sustentação da classe burguesa.

Tendo em consideração este horizonte, não é de se estranhar que os trabalhadores, como evidenciado pela obra, procurem cada vez mais, em vários lugares do mundo se organizar de forma coletiva, autônoma, horizontal, etc., como alternativa de superação aos meios tradicionais e conservadores dos valores advindos das estruturas sindicais.

Valores que como destaca Maia, acabam por frear os movimentos transformadores a pretexto de responsabilidade dos dirigentes frente aos dirigidos. Estado de coisas, que evidenciam de modo claro e cristalino o que se vaticina em artigo que integra esta coletânea intitulado “Sindicatos: Não Há Que Conquistá-los, Há que Destruí-los”, dado o fato de que estes acabam por se constituir, tendo em vista o exposto até aqui, de formas de organização consagradas, em objeto obsoleto, no que as formas autônomas de luta e mobilização se apresentam como caminho para transformações sociais reais.

Referências

- FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- MAIA, Lucas. *As classes sociais em O Capital*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- VIANA, N. (2009). *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras. E-book.